



h
L
f
X

Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça



Relatório de Gestão
2024



\$

[Handwritten signature]

Índice

I	SUMÁRIO EXECUTIVO	3
II	CARACTERIZAÇÃO DO CPJ	7
III	ESTRUTURA ORGÂNICA E RECURSOS HUMANOS	11
IV	ESTRUTURA DE DIRIGENTES E ÓRGÃO SOCIAIS	17
V	ATIVIDADE FORMATIVA	19
VI	CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA	26
VII	ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA	33
VIII	OUTRAS ATIVIDADES E PARTICIPAÇÕES	42
IX	ATIVIDADE FINANCEIRA	47
X	CONTABILIDADE DE GESTÃO	56
XI	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	58
XII	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59

Entidades Outorgantes



[Handwritten signature]

I – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório pretende ilustrar a atividade desenvolvida pelo Centro Protocolar da Justiça (CPJ) no ano 2024. Como se poderá verificar, em 2024 os resultados conseguidos quer ao nível da atividade formativa, quer da atividade promovida pelo Centro Qualifica (CQ), evidenciam bem a dinâmica conseguida.

3

- Em 2024 foram realizadas 311 ações de formação, 144 na modalidade de Educação e Formação de Adultos (EFA) e 167 na modalidade de Formações Modulares Certificadas (FMC) que abrangeram um total de 3.855 formandos.
- Dos 3.855 formandos 2.130 (55%) foram integrados em FMC e 1.725 (45%) em cursos EFA
- 69% (99) dos cursos EFA são de nível Básico, o que corresponde às necessidades dos formandos, uma vez que 80% dos reclusos condenados não têm sequer o nível secundário.
- Nos Estabelecimentos Prisionais (EP) concretizou-se 73% do plano de formação, com 227 ações que abrangeram 3.202 formandos, ou seja, 83% do universo total. Destes, 54% (1.746) frequentaram ações de FMC.
- Nos Centros Educativos (CE), foram abrangidos 653 formandos, distribuídos por 84 ações, o que corresponde a uma média de 4 ações por jovem.
- Estes resultados, quando comparados com 2023, apontam para um crescimento em todos os parâmetros de referência. Foram implementadas mais 10 ações, abrangidos mais 100 formandos e realizado um volume de formação de mais 8.370 horas. Se se recuar a 2022, o crescimento é ainda mais expressivo. Foram realizadas mais 71 ações, abrangidos mais 1.172 formandos e executado um volume de mais 165.057 horas de formação.
- Cada gestor de ação foi responsável por implementar e acompanhar, em média, 44 ações (mais 7 do que no ano transato).
- A taxa de cobertura da formação profissional realizada pelo CPJ foi de 95% nos EP e de 100% nos CE, facto que constitui um indicador muito relevante da taxa de esforço do Centro, considerando o seu quadro de pessoal e a dispersão geográfica dos locais onde a formação se realiza, entre Bragança e Faro.
- Com efeito, o CPJ promoveu ações de formação profissional em todos os Centros Educativos (6) e em 41 dos 45 Estabelecimentos Prisionais existentes em Portugal Continental, sendo que em dois deles não existem condições para a realização de formação: o de Monsanto por se tratar de um EP de elevado nível segurança e o Hospital Psiquiátrico João de Deus, pelo

Entidades Outorgantes



perfil dos utentes. Do universo dos EP, e excluindo estes dois, só não se realizou formação profissional nos EP da PJ de Lisboa e da PJ do Porto.

- A taxa de desistentes/abandonos foi de 16%, que corresponde a 621 formandos, sendo que em 16 EP não se registaram desistências.
- A esmagadora maioria das desistências (69%), tanto em EP como em CE, relaciona-se com fatores extrínsecos ao contexto formativo, como sejam a libertação ou fim de media, a colocação em outras atividades dentro dos EP/CE, as transferências de EP/CE e a aplicação de sanções disciplinares. A situações por libertação/fim de medida, corresponde a 40% do total, com 242 formandos, sendo seguida da transferência de EP/CE que corresponde a 16%, com 100 formandos.
- A formação implementada abrangeu 50 saídas profissionais de 22 áreas de educação e formação.
- O CPJ contou-se com a colaboração de 30 agrupamentos escolares para a realização da formação nos vários EP e CE.
- A taxa de execução da atividade do Centro Qualifica (CQ) do CPJ, registou um salto quantitativo muito significativo em todos os indicadores de referência e ultrapassou largamente as metas definidas que, de resto, está em linha com o que se verificou também em 2023.
- Assim, em 2024, os processos RVCC realizaram-se em 16 EP e 3 Juntas de Freguesia do concelho da Azambuja. Foram inscritas 1.642 pessoas, que corresponde a uma taxa de execução de 193% e foram realizados 1.666 encaminhamentos, que representa uma taxa de execução de e 218%. Destes encaminhamentos, 89% (1.464) foram para formação profissional, dos quais 129 para entidades externas (9%). Foram integrados em processos RVCC, 202 pessoas, tendo sido certificadas, por esta via, 104 pessoas e 1.379 foram certificadas no âmbito de outras modalidades de qualificação. Foram também realizadas 58 comissões de avaliação e certificação e instruídos procedimentos administrativos para a atribuição por parte da ANQEP, IP do incentivo “Acelerador Qualifica” a 176 reclusos.
- No que diz respeito aos Recursos Humanos, o CPJ conta com uma equipa de 29 pessoas. A maioria com idades que se situa no escalão entre os 45 e 54 anos; 69% são mulheres e 76% são quadros superiores. Com exceção da Diretora e da Chefe de Divisão de Qualificação e de uma técnica superior contratada a termo, todas/os as/os trabalhadores pertencem ao quadro permanente do Centro.



h k
CPJ

- Em 2024, foram trabalhadas 39.447h, das quais 387h são referentes a trabalho suplementar, o que corresponde a uma média de 15h por pessoa, excluindo os dirigentes.
- No âmbito do direito individual à formação, foram frequentadas 1.054 horas de formação, 60% em regime *e-learning*. Os dirigentes frequentaram 153 horas, os técnicos superiores frequentaram 758 horas de formação contínua e os assistentes técnicos 143 horas.
- A formação contínua teve um custo de € 16.737,20, correspondendo € 3.133,36 a valores efetivamente gastos no pagamento das ações de formação e € 13.603,80, a horas pagas e não trabalhadas, para frequência da formação.
- Para a execução do Plano de Atividades de 2024, o CPJ arrecadou uma receita total líquida de € 4.915.630,55 (mais € 766.308,16 que em 2023) e realizou despesas num total de € 4.905.834,65 (mais € 840.652,46 que em 2023), correspondendo a uma taxa de execução de 99,8% (execução sobre receita arrecadada) e de 86% (execução face ao orçamento).
- Apurou-se no ano de 2024 um saldo de gerência de € 9.795,90, menos € 74.344,30, face ao saldo de gerência apurado no ano de 2023, de € 84.140,20.
- A informação detalhada da atividade financeira do CPJ encontra-se no capítulo IX– Atividade Financeira deste documento.

5

Este relatório encontra-se subdividido em doze capítulos, como a seguir se descreve. No primeiro capítulo, procede-se a uma descrição sumária da atividade desenvolvida. No segundo faz-se uma breve caracterização do CPJ. O terceiro é dedicado à apresentação da estrutura orgânica e à caracterização dos recursos humanos, horas de trabalho realizadas e formação interna proporcionada. Seguem-se o capítulo quarto que descreve a composição dos Órgãos Sociais e as reuniões realizadas em 2024, bem como a composição da estrutura de dirigentes. Nos quinto, sexto e sétimo, procede-se, respetivamente, à descrição da atividade formativa promovida pelo CPJ, à caracterização da oferta formativa e à descrição da atividade do Centro Qualifica. O oitavo ponto é dedicado à descrição de um conjunto de projetos e atividades no âmbito dos quais o CPJ participou ou dinamizou. Os nono, décimo e décimo primeiro capítulos centram-se na execução financeira do Centro, nos indicadores de gestão e na demonstração dos resultados contabilísticos conseguidos no ano económico de 2024. No décimo segundo e último ponto, em jeito de conclusão, apresentam-se algumas reflexões finais que refletem os desafios e as oportunidades com que o CPJ se depara no exercício da sua missão, deixando-se algumas sugestões.

Entidades Outorgantes



II - CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO PROTOCOLAR DA JUSTIÇA (CPJ)

\$ R

6

1. O Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, abreviadamente Centro Protocolar da Justiça (CPJ), foi criado, ao abrigo do Dec. Lei n.º 165/85, de 16 de maio, pela Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, que homologou o protocolo celebrado entre os então Ministério do Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Justiça, envolvendo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP, IP) e vários serviços atualmente com novas configurações orgânicas e dependências tutelares, ou entretanto extintos, nomeadamente a Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, o Gabinete de Planeamento e Combate à Droga e o Instituto de Reinserção Social. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, operou-se a fusão das duas Direções-Gerais referidas, criando-se a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que é, atualmente, o único serviço que representa o Ministério da Justiça neste Centro de Formação Protocolar.
2. A atividade do CPJ abrange o território nacional, com exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.
3. O CPJ é uma associação pública, de carácter misto, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, tendo sido considerada como entidade pública reclassificada (LEO de 2011 (lei 22/2011, de 20 de maio que procedeu à 5.ª alteração à Lei 91/2001, de 20 de agosto) integrado nas contas públicas do Estado, no contexto do Orçamento do Estado, passando, por essa via, a integrar os serviços e fundos autónomos do Estado. Aos trabalhadores aplica-se o disposto no Código do Trabalho.
4. De acordo com o artigo 21.º do protocolo constitutivo, as dotações orçamentais de funcionamento são suportadas pelo orçamento do IEFP, IP, até 85%, e a parte restante pela DGRSP. As dotações orçamentais de capital são integralmente suportadas pelo orçamento do IEFP, IP.
5. A sua atividade é regulada, nos termos da Lei, pelo Orçamento e Plano de Atividades anuais, aprovados pelos Órgãos Sociais previstos na Estrutura Orgânica (Artigo 4.º do protocolo constitutivo).
6. O seu plano de formação desenvolve-se nos Estabelecimentos Prisionais (adiante designados EP) de Complexidade de Gestão Média e Complexidade de Gestão Elevada, bem como nos Centros Educativos (adiante designados CE).

Entidades Outorgantes



7. Através do Despacho n.º 1971/2017, de 08 de março da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP (ANQEP, IP), autorizou ao CPJ a criação e o funcionamento de um Centro Qualifica (CQ) cujo âmbito de intervenção é a NUT III da Lezíria do Tejo tendo, posteriormente, autorizado o regime de itinerância pelos EP e CE disseminados pelo território continental.
8. A atividade do CPJ é dirigida a população jovem e adulta que se encontre a cumprir medidas privativas de liberdade e, por conseguinte, toda a sua ação decorre em EP CE.
9. Em Portugal continental existem 45 EP e 6 CE. Deste conjunto de EP, o CPJ só não tem condições de intervir no de Monsanto por se tratar de um EP de alta segurança e no Hospital Psiquiátrico João de Deus, pelas características da sua população.
10. Os EP são estruturas físicas localizadas tanto em grandes centros urbanos, como em zonas rurais, e integram diversos regimes de reclusão, possuindo, genericamente, condições para o desenvolvimento de atividades de formação profissional.
11. Os CE encontram-se edificados em zonas rústicas ou urbanas, cujo enquadramento é em tudo semelhante ao descrito para os EP, cuja população ronda, em média, cerca de três dezenas de jovens, dispondo, genericamente, de estruturas físicas destinadas a atividades de formação profissional.
12. A maior parte dos equipamentos utilizados nas ações de formação profissional são propriedade do CPJ, tendo sido adquiridos com verbas do orçamento próprio, existindo, contudo, algumas salas de formação, quer nos EP, quer nos CE, que foram apetrechadas pela DGRSP com recurso a fundos desta Direção-geral.
13. A sede do CPJ situa-se num edifício do Ministério da Justiça, onde se encontra instalado o Centro Educativo Navarro de Paiva, em S. Domingos de Benfica, e dispõe de um Núcleo de Formação Profissional em Alcoentre (NFA), situado numa propriedade rústica localizada na proximidade dos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e de Vale de Judeus, sendo também neste Núcleo a domiciliação do Centro Qualifica (CQ) do CPJ. O CPJ dispõe ainda de um pequeno Pólo, localizado em Paços de Ferreira, numa casa de função cedida pela Direção do EP e que fica numa zona limítrofe do respetivo EP.
14. O quadro de pessoal é composto por 32 trabalhadores, aos quais se aplica o regime do Contrato Individual de Trabalho estabelecido no Código de Trabalho e na respetiva regulamentação. Contudo, em 2024 estiveram ao serviço somente 29 trabalhadores. existindo duas vacaturas para 2 técnicos superiores e 1 chefe de divisão.

7

Entidades Outorgantes



Handwritten signature and initials in the top right corner.

15. Para o desenvolvimento das ações de formação, o CPJ contrata prestadores de serviços, com perfil e competências adequadas às características de cada ação de formação, ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro).
16. Como o CPJ desenvolve a sua atividade nos EP e CE disseminados por todo o território continental, para se assegurar um estreito acompanhamento da formação desenvolvida, os técnicos superiores afetos à Divisão de Qualificação (DQ) realizam visitas regulares aos mesmos, e asseguram uma permanente articulação com os técnicos dos EP e CE, bem como com toda a equipa formativa envolvida, nomeadamente os mediadores, os formadores e os professores.
17. Este Centro Protocolar não dispõe de pessoal técnico ou administrativo nos EP nem nos CE, recorrendo, para coadjuvação da sua atividade, às respetivas equipas técnicas daquelas estruturas da DGRSP.
18. O levantamento das necessidades de formação, é realizado em articulação com a DGRSP e as direções dos EP e dos CE, atendendo às expectativas de qualificações profissionais e escolares dos reclusos e jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. A seleção de itinerários de formação é realizada em consonância com as áreas de formação consideradas prioritárias por parte do IEFP, IP e da ANQEP, IP e de acordo com as condições físicas e recursos disponíveis em cada local de formação.
19. O CPJ garante a divulgação das ações de formação junto da população reclusa mediante a afixação de cartazes e a realização de sessões de esclarecimento locais, sem prejuízo da difusão do seu Plano de Formação promovida pelos serviços centrais da DGRSP.
20. Relativamente à intervenção do CPJ nos CE, a formação profissional é garantida ininterruptamente mediante a realização de cursos de Educação Formação para os jovens ainda abrangidos pela escolaridade obrigatória, e independentemente da data de início do cumprimento da respetiva medida tutelar educativa.
21. Dada a obrigatoriedade dos jovens em cumprimento de medida tutelar educativa em CE, estarem enquadrados em atividades de educação e formação, todos os jovens são inscritos nas ações de formação promovidas pelo CPJ, única entidade promotora e formadora junto deste público-alvo.
22. A constituição dos grupos de formandos nos EP resulta dos encaminhamentos realizados pelos técnicos do CQ do CPJ, tendo por base a análise da informação constante das fichas de inscrição



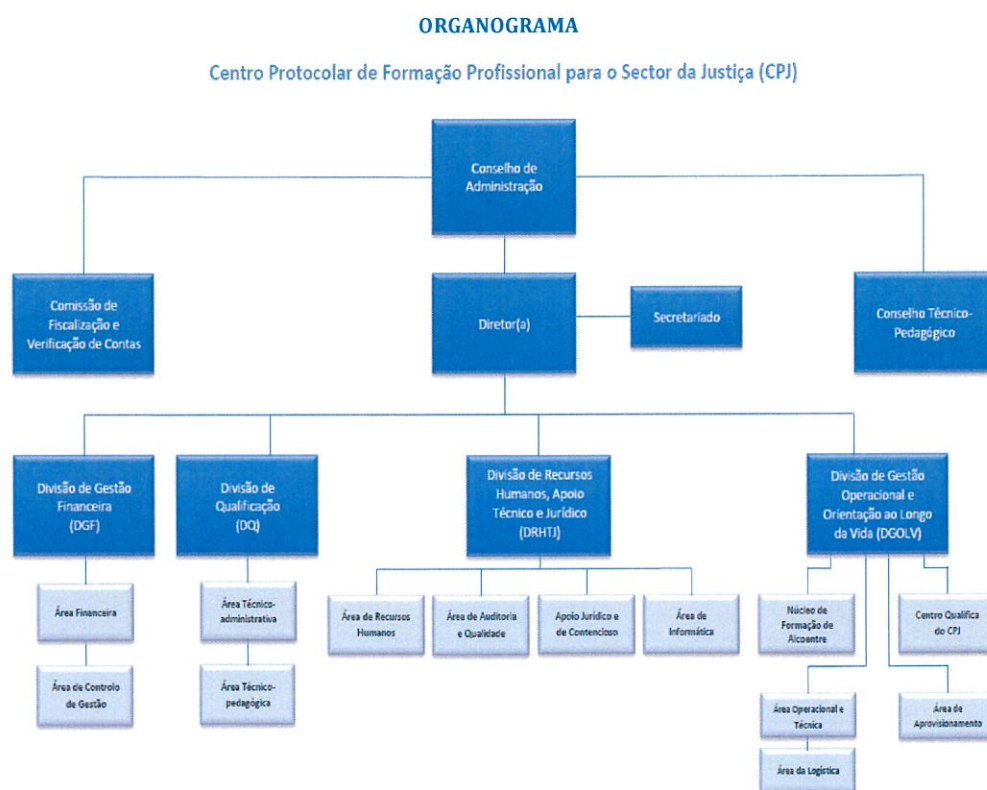
e dos questionários aplicados em sessões coletivas, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro e da decisão final das direções dos respetivos EP onde decorrem as ações de formação.

Entidades Outorgantes

III – ESTRUTURA ORGÂNICA E RECURSOS HUMANOS

23. A estrutura orgânica do CPJ é composta pelos órgãos sociais que obedecem ao disposto no Dec. Lei 165/85, de 16 de maio e no protocolo de constituição do centro, designadamente: dispõe de um Conselho de Administração, de um Conselho Técnico-Pedagógico e de uma Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas, em cujos órgãos têm assento representantes do IEFP, IP e da DGRSP.

24. Para além dos órgãos sociais, existem mais quatro Divisões que resultaram da quinta alteração do Regulamento Orgânico e encontra-se representada no seguinte organograma:



25. O quadro de pessoal do CPJ é composto por 32 pessoas, sendo quem em 2024, estiveram ao serviço 29, designadamente: 4 dirigentes (existindo um lugar vago); 18 técnicos superiores (estando dois lugares por preencher) e 7 assistentes técnicos, conforme quadro infra.

Entidades Outorgantes

Quadro 1 - Distribuição – Pessoal por categoria profissional

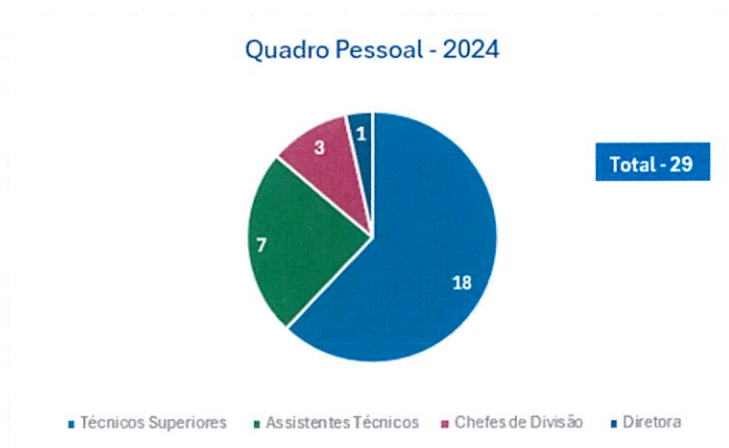
CPJ	Dirigentes	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Total
Direção	1	0	1	2
DQ	1	5	2	8
DGOLV	1	4	2	7
DRHTJ	0	4	0	4
DGF	1	5	2	8
Total	4	18	7	29

K
\$
A
Z

11

26. Considerando as categorias profissionais e os cargos desempenhados, obtém-se a seguinte repartição:

Gráfico 1 – Quadro de Pessoal – Por categoria profissional



27. A distribuição do/as trabalhadores/as por grupo etário demonstra a predominância dos escalões entre os 45 e os 54 anos, prevendo-se a reforma a curto prazo de 4 pessoas.

Gráfico 2 – Quadro de Pessoal – Por grupo etário



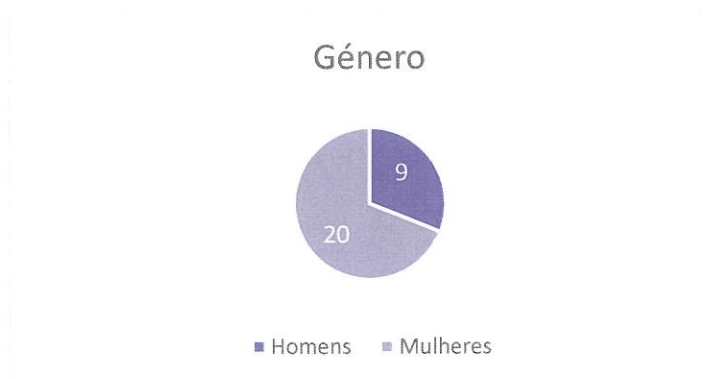
28. Ao nível da escolaridade, 76% das/os trabalhadoras/res são detentores de formação de nível superior:

Gráfico 3 – Quadro de Pessoal – Por nível de escolaridade



29. As mulheres que representam 69% do universo total:

Gráfico 4 – Quadro de Pessoal – Por género



30. Considerando a natureza do vínculo, a distribuição dos referidos trabalhadores é a indicada no quadro seguinte:

Quadro 2 – Trabalhadores ao serviço

Regime	2022	2023	2024
Contratos de Trabalho sem termo	26	27	27
Contratos Trabalho a Termo	0	0	1
Contratos em Comissão de Serviços	3	2	2
Total de Pessoal ao Serviço (em 01-01)	29	29	29
Passagem à condição de reformado (-)	0	0	0
Cessações de contratos de trabalho sem termo (-)	0	0	0

Entidades Outorgantes



Cessações de contratos de trabalho a termo (-)	0	0	0
Integração de trabalhadores no quadro (+)	1	0	0
Licenças sem vencimento (-)	0	0	1
Cessações de contratos de comissões de serviços (-)	-2	0	-1
Cedência Ocasional	0	0	0
Total de Pessoal ao Serviço (em 31-12)	28	29	29

13

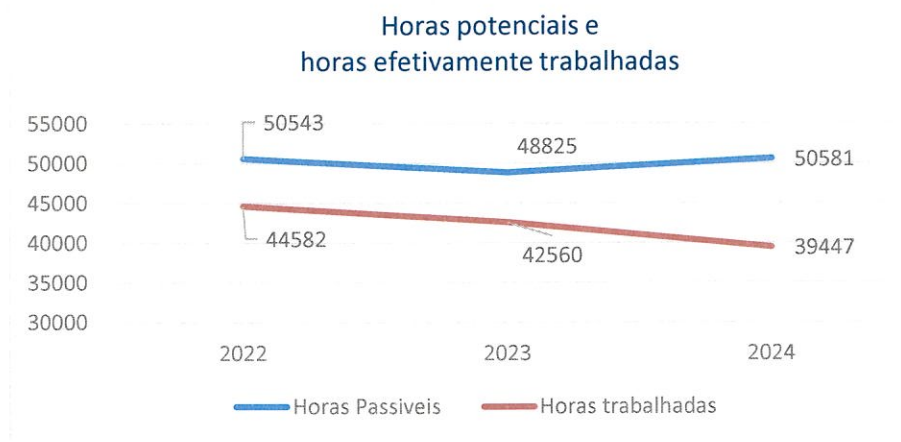
31. No que diz respeito ao regime contratual, em 2024, três dirigentes exerceram as suas funções com um contrato em regime de comissão de serviços: a Diretora e duas Chefes da Divisão de Qualificação (uma ocupou o cargo de 01 a janeiro a 31 de agosto e a outra a partir de 1 de setembro).
32. A partir de julho, ficou registado o início de um período de ausência prolongada por motivo de doença do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, sendo que, em virtude dessa ausência, o cargo vem sendo exercido em regime de suplência por uma técnica superior daquela divisão.
33. Em meados do mês de setembro, uma técnica superior da Divisão de Gestão Financeira iniciou o gozo de uma licença sem vencimento, o que motivou a contratação a termo incerto de uma outra técnica, para substituição direta da primeira. Todos os demais trabalhadores pertencem ao quadro do CPJ com contratos sem termo.

Horas de Trabalho Realizadas

34. Em 2024 apuraram-se 50.581 horas passíveis de serem trabalhadas, deduzidos de 11.134 horas, relacionadas com ausências por faltas de diversa tipologia, como baixas médicas (uma delas é de longa duração) tolerâncias de ponto e férias.

Entidades Outorgantes

Gráfico 5 – Horas passivas de serem trabalhadas e horas de trabalho realizadas



14

35. Neste ano foram realizadas 387 horas de trabalho suplementar (mais 87 horas que em 2023) aumento este que se justifica pelo aumento da atividade e pela necessidade de se proceder à distribuição dos equipamentos associados aos investimentos realizados, entre os quais o PRR. As 387 horas de trabalho suplementar realizadas correspondem a uma média de 15,5h por tralhador.

Gráfico 6 – Horas de trabalho suplementar



36. No que concerne a ausências prolongadas, registou-se a do chefe da Divisão de Gestão Financeira, que se mantém desde julho, circunstância que acarretou a suspensão do seu vínculo contratual. Uma assistente técnica iniciou também um período de ausência prolongada por doença no final de 2024.

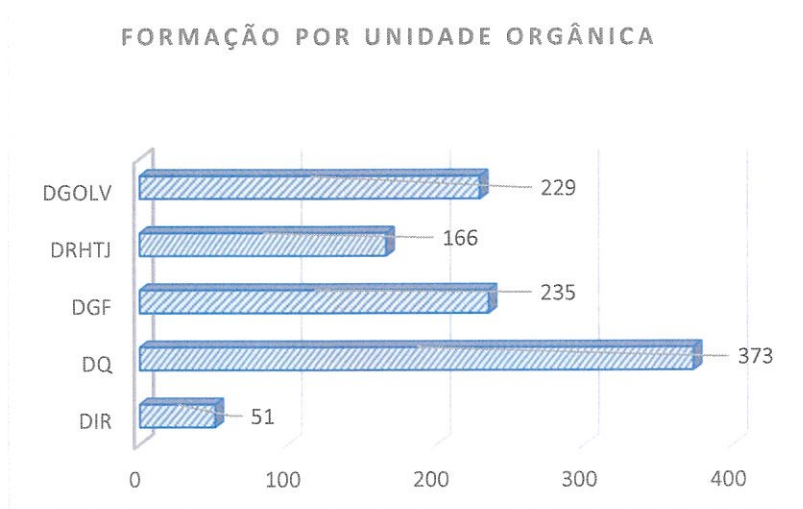
37. Não se registaram eventos relacionados com sinistralidade laboral em 2024. Na transição do ano 2023 para 2024 ainda decorria o período de incapacidade temporária absoluta de um técnico superior que sofreu um acidente de trabalho em 2023, tendo o processo dado como encerrado em março.

Entidades Outorgantes

**Formação Interna**

38. No âmbito do direito individual à formação, foram ministradas 1.054 horas de formação (mais 37 horas que em 2023), 639 horas daquelas em regime de E-Learning. A despesa inerente à formação contínua ascendeu a € 16.737,20, correspondendo € 3.133,36 a valores efetivamente gastos no pagamento das ações de formação e € 13.603,80, a horas pagas e não trabalhadas, para frequência da formação.

39. Por categoria profissional, os dirigentes receberam 153 horas, os técnicos superiores receberam 758 horas de formação e os assistentes técnicos 143 horas. Por unidade orgânica, as horas de formação disponibilizadas e assistidas, resultam distribuídas de acordo com o gráfico e o quadro detalhados abaixo:

Gráfico 7– Formação por Unidade Orgânica

40. As áreas de formação interna são as que constam do quadro seguinte:

Quadro 3 – Áreas - Formação Interna

O SIADAP revisto pelo DL n.º 12/2024 de 10 Janeiro	Registar contratos no portal base	Regulamento Geral de Proteção de Dados	Trabalhar com Segurança e Saúde na Era Digital	Cidadão Ciberinformado
Edição de Folhas de Cálculo (nível inicial)	Cidadão Cbersocial	Edição de Folhas de Cálculo (nível Intermédio)	Consumidor Ciberseguro	JTI - MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA: TECNOLOGIAS E CONTRIBUTOS
IV Seminário sobre Justiça juvenil – criminologia do desenvolvimento e saúde mental	5081 - Gestão e manipulação avançada de aplicações informáticas de folha de cálculo	Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço	Auditoria a Projetos de Formação Profissional	Dinâmicas Institucionais de Articulação: Formação Profissional em Contexto Prisional
Igualdade de Género no Trabalho e no Emprego	Human Train: Portal e Processamentos	Inteligência Emocional	HumanTRain: Módulo de Gestão Pedagógica: Novas Funcionalidades	I Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões - Rumos e Desafios

Entidades Outorgantes



IV – ESTRUTURA DE DIRIGENTES E ÓRGÃOS SOCIAIS

41. O ano de 2024 foi marcado por um conjunto de alterações na estrutura de dirigentes em três das quatro divisões: (i) a Divisão de Gestão Financeira, que conta com uma nomeação em regime de suplência, justificada pela baixa prolongada, por motivos de saúde, do titular do cargo; (ii) a Divisão de Recursos Humanos e Apoio Técnico e Jurídico, cuja gestão foi avocada pela Diretora; (iii) e a Divisão de Qualificação, que contou com duas dirigentes diferentes justificado pela abertura de um concurso público para o provimento do cargo.

42. A 31-12-2024, a estrutura dirigente era a que consta do quadro seguinte:

Quadro 4 – Estrutura de Dirigentes

	Cargo	Unidade Orgânica	Observações	Comissão de Serviços
Maria da Conceição da Silva Nunes de Matos	Diretora		Nomeada, em regime de comissão de serviços pelo Despacho n.º 43/2023, de 9.11.2023, com efeitos a 16.11.2023	16.11.2023
Jorge Manuel Marques Rosado	Chefe de Divisão	DGF	Substituído por Helena Isabel Neves Catroga, em regime de suplência (1.08.2024)	22.02.2024
Carlos Ferreira Salgado de Sousa	Chefe de Divisão	DGOLV		13.09.2021
Carmen Fernandez Ruivo	Chefe de Divisão	DQ		01.09.2024

43. No quadro infra identifica-se a composição dos Órgãos Sociais do Centro

Quadro 5 – Composição dos órgãos sociais

Conselho de Administração	Representação	Cargo	Observações
Ana Cristina Gaspar da Silva Alves	IEFP,IP	Presidente	
Nuno Miguel de Campos Martins Ferreira Tomás	IEFP,IP	Vogal	
Rui João Abrunhosa De Carvalho Gonçalves *	DGRSP	Vogal	Lugar vago
João Henriques D' Oliveira Córias	DGRSP	Vogal	
Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas - CFVC			
Susana Pessoa Moreira dos Santos Pais	IEFP,IP	Presidente	
Maria da Conceição Coutinho Rodrigues Simão	DGRSP	Vogal	
Conselho Técnico-Pedagógico -CTP			
Maria da Conceição da Silva Nunes de Matos	Inerência - Diretora CPJ	Presidente	
Susana Clara Câmbedo Duarte Luís	IEFP,IP	Vogal	
Manuela dos Santos Raimundo	DGRSP	Vogal	

* Em funções até setembro 2024

44. Em setembro de 2024, verificou-se o pedido de demissão por parte do Prof. Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves, do cargo de Diretor-Geral da DGRSP e que acumulava com as funções de vogal do Conselho de Administração do CPJ. Nesse ano não se procedeu à sua substituição, pelo novo Diretor-Geral. Nos demais órgãos sociais não se verificaram quaisquer alterações.

Entidades Outorgantes



45. Em 2024 foram realizadas 23 reuniões por parte dos diversos órgãos sociais, tendo sido cumprido, o calendário de reuniões legalmente estabelecido conforme quadro infra.

Quadro 6- Reuniões Órgãos Sociais

Reuniões Órgãos Sociais - 2024		
	Ordinárias	Extraordinárias
Conselho de Administração	12	1
Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas	6	0
Conselho Técnico Pedagógico	4	0



V – ATIVIDADE FORMATIVA

Execução do Plano de Formação

46. No ano de 2024, o CPJ executou a atividade prevista no seu Plano de Formação, nomeadamente:

- Foram organizados, implementados e executados de acordo com o orçamento disponível, cursos de dupla certificação (certificação escolar e profissional) em colaboração com as escolas associadas aos EP e CE e Formações Modulares Certificadas (FMC).
- A gestão do orçamento disponível permitiu ir fazendo ajustamentos ao Plano de Formação e responder a necessidades não previstas inicialmente. Assim, face às metas, foram implementadas mais 32 ações e abrangidos mais 565 formandos.
- Prosseguiu-se a estratégia de reforço das parcerias com o Ministério da Educação, sendo a componente de formação de base dos cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) desenvolvida por professores cedidos pelas escolas associadas aos EP e aos CE, em articulação com a componente tecnológica e sob a mediação do CPJ, bem como a afetação de professores a ações de formação profissional promovidas pelo CPJ noutras tipologias (ex.: FMC).
- Procedeu-se à utilização dos recursos e potencialidades existentes e disponíveis nos diversos EP e CE, numa estratégia de ação e gestão eficientes.
- Utilizaram-se recursos pedagógicos diversificados, devidamente adaptados às características da formação e do público-alvo.
- Manteve-se o Protocolo com o Ministério da Agricultura, que faculta ao CPJ a possibilidade de ministrar formação profissional na aplicação de Fitofármacos, obrigatória nos termos da lei em vigor nas áreas da Agricultura e Jardinagem.
- Criou-se uma bolsa de formadores certificados, técnica e pedagogicamente competentes, com perfil e requisitos exigidos e considerados adequados às características da população alvo, com a finalidade de assegurar a qualidade e a eficácia do processo formativo para a reintegração efetiva dos formandos.

18

47. A população abrangida pela atividade formativa continua a caracterizar-se, genericamente, pela vulnerabilidade à reincidência criminal, pela pertença a círculos de marginalidade, pelas baixas habilitações escolares e défices de competências pessoais, sociais e profissionais. Assim, entende-se que os cursos EFA são os que melhor se adequam ao perfil desta população, pois garantem a possibilidade de adquirirem uma dupla certificação (escolar e profissional).

48. De modo a abranger o maior número possível de indivíduos, nomeadamente aqueles que devido às limitações decorrentes das durações das penas e medidas tutelares educativas não reúnem

Entidades Outorgantes



condições para a certificação total de um Itinerário de Qualificação, o CPJ mantém a aposta na promoção de FMC com vista à capitalização de competências, procurando garantir a conclusão de percursos formativos e aquisição ou reforço de competências técnico-profissionais consentâneas com as exigências do mercado de trabalho.

49. A programação e a calendarização das ações realizadas foram definidas pelo CPJ em conjunto com os serviços competentes da DGRSP.
50. A taxa de resposta formativa por parte do CPJ face ao universo dos 45 EP e dos 6 CE existentes em Portugal continental foi francamente positiva. Assim, conseguiu-se uma cobertura de 100% nos CE e de 95% nos EP. Neste caso, 41 EP tiveram ações de formação profissional promovidas pelo Centro (excetuando-se deste cálculo o EP de Monsanto, o EP do Hospital Prisional locais que, pelas suas características, não é possível a realização de formação). Do universo dos EP e excluindo estes dois, só não se realizou formação profissional nos Estabelecimentos Prisionais da PJ de Lisboa e da PJ do Porto.
51. O CPJ tem como estratégia garantir a maior disseminação possível do seu plano de formação modo a gerar oportunidades aos reclusos de todos os EP. As taxas de cobertura acima referidas são a expressão disso mesmo.
52. A análise dos dados de execução física registados em dezembro de 2024 (quadro 7) relativa à formação promovida pelo CPJ é muito positiva. Com exceção do volume de formação, as metas relativas ao n.º de ações, n.º de formandos e horas de formação foram superadas. Como referido anteriormente, foram implementadas mais 32 ações e abrangidos mais 565 formandos. Estas novas ações resultaram de ajustamentos à execução do Plano a maioria dos quais em resultado de pedidos que foram sendo apresentados ao CPJ por parte dos de EP e dos CE e que traduzem a dinâmica natural desta articulação e do seu funcionamento.
53. O facto de o Plano de Formação ser elaborado em julho do ano anterior, aquando da apresentação do orçamento, obriga, necessariamente, a vários ajustamentos, desde logo os resultantes do apuramento dos transitados, situação que se verifica em janeiro de cada ano. Depois porque a sua execução está muito dependente da colocação dos professores por parte do Ministério de Educação, razão pela qual a implementação dos cursos de dupla certificação coincide com o início dos anos letivos, isto é, em setembro/outubro de cada ano. Paralelamente, ao longo do ano e fruto das dinâmicas naturais de articulação com os vários atores (EP, CE e ME) vão-se fazendo acertos que resultam na eliminação, substituição ou implementação de ações extraplano.

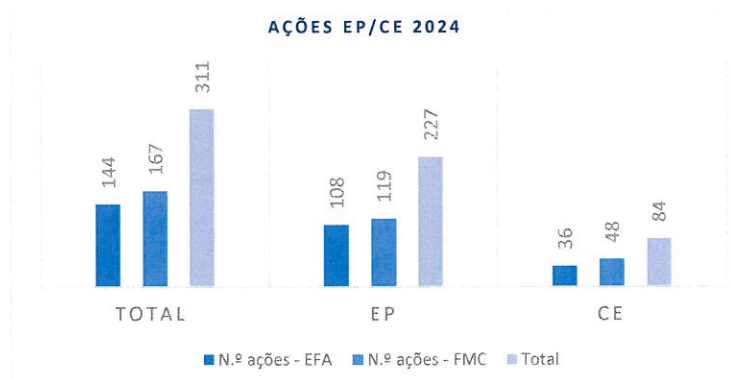
Quadro 7 – Quadro resumo da formação profissional 2024

Descrição	ANO 2024								
	Estabelecimentos Prisionais			Centros Educativos			Total		
	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)
N.º ações - Cursos EFA	93	108	116,13%	39	36	92,31%	132	144	109,09%
N.º ações - Cursos FMC	105	119	113,33%	42	48	114,29%	147	167	113,61%
Total	198	227	114,65%	81	84	103,70%	279	311	111,47%
N.º de formandos - Cursos EFA	1 356	1 456	107,37%	224	269	120,09%	1 580	1 725	109,18%
N.º de formandos - Cursos FMC	1 463	1 746	119,34%	247	384	155,47%	1 710	2 130	124,56%
Total	2 819	3 202	113,59%	471	653	138,64%	3 290	3 855	117,17%
N.º de horas - Cursos EFA	57 532	52 859	91,88%	15 445	13 003	84,19%	72 977	65 862	90,25%
N.º de horas - Cursos FMC	8 869	10 000	112,75%	11 455,5	10 390	90,70%	20 325	20 390	100,32%
Total	66 401	62 859	94,67%	26 901	23 393	86,96%	93 302	86 252	92,44%
Volume de formação - Cursos EFA	670 282	479 160	71,49%	81 650	68 620	84,04%	751 932	547 780	72,85%
Volume de formação - Cursos FMC	112 751	110 364	97,88%	57 844	57 294	99,05%	170 595	167 658	98,28%
Total	783 033	589 524	75,29%	139 494	125 914	90,26%	922 527	715 438	77,55%

54. Durante o ano de 2024, o CPJ desenvolveu 311 ações de formação, abrangeu 3.855 formandos, realizou 86.252 horas de formação e executou um volume de formação de 715.483 horas.

55. As 311 ações implementadas distribuem-se por duas tipologias: cursos EFA, com 144 cursos (108 dos quais foram implementados em EP) e FMC, com 167 cursos, 119 dos quais foram realizados em EP). A taxa de execução, face às metas fixadas foi 111,5%.

Gráfico 8 – Ações executadas em 2024 por modalidade



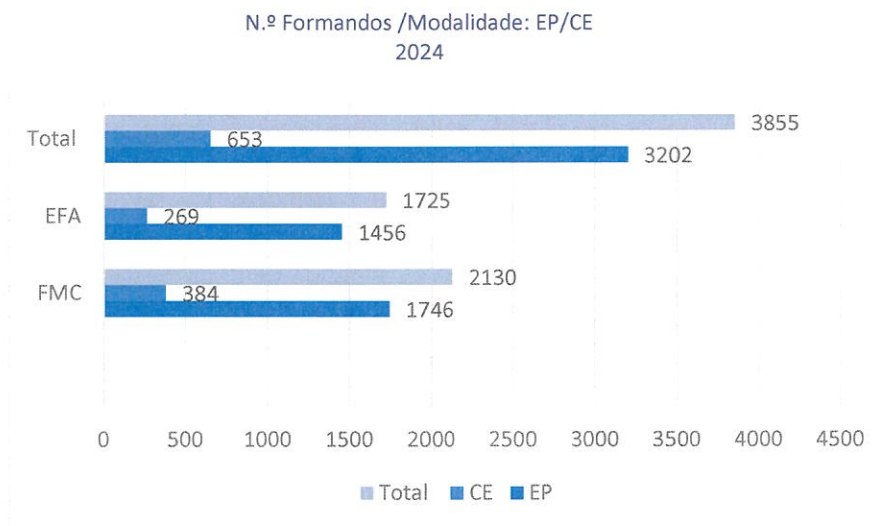
56. Foram abrangidos 3.855 formandos (que reflete uma taxa de realização de 117%), dos quais 1.725 foram integrados em cursos EFA e 2.130 em FMC. Quanto à distribuição dos formandos por EP e CE, verificamos que nos EP foram realizadas 227 ações, que abrangeram 3.202 formandos e nos CE, foram abrangidos 653 formandos, distribuídos por 84 cursos (que

Entidades Outorgantes

representa uma média e 4 ações por jovem), tendo as metas dos jovens sido largamente superadas, situando-se nos 139%.

[Handwritten signature]

Gráfico 9 – Execução Formação: Modalidade/Formandos



57. No que concerne ao número de horas realizadas (86.252 horas), estas ficaram ligeiramente aquém da meta estabelecida, tendo sido obtida uma taxa de 92,4%.

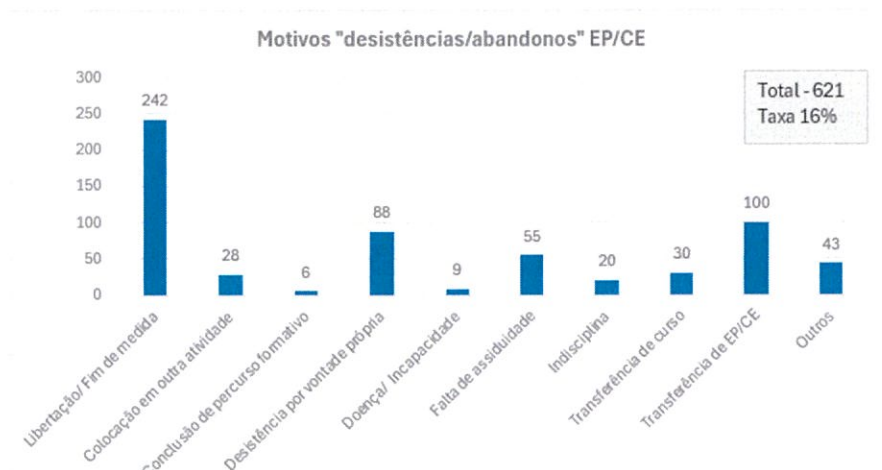
58. Se ao nível do número de formandos abrangidos e ao número de ações implementadas durante o ano as metas foram superadas e no indicador de horas de formação realizadas, praticamente concretizadas, o mesmo não se pode afirmar no que diz respeito ao volume de formação, cuja taxa se situou nos 78%, a que correspondem 715.438 horas. Existe uma diferença significativa entre o volume realizado nos CE que teve uma taxa de execução de 90% e o conseguido no EP, com uma taxa de 75%. Esta diferença justifica-se pelo facto de nos CE não se registarem faltas à formação enquanto que nos EP há um conjunto variado de fatores contextuais que concorrem negativamente para a assiduidade dos formandos: a amnistia dada pelo Papa Francisco aquando da sua vinda a Portugal em 2023, as greves dos guardas, a falta de guardas para vigiarem os formandos na formação, e ainda devido ao facto de a formação nos CE ser de frequência obrigatória, ao contrário do que se verifica nos EP. Registam-se também saídas da formação justificada pelo término do cumprimento de penas, aplicação de medidas disciplinares, problemas saúde, transferências entre EP, procedimentos disciplinares ou colocação em outras atividades.

59. Com efeito, a taxa de desistentes/abandonos foi de 16%, que corresponde a 621 formandos do total de 3855 abrangidos. Dos 41 EP onde o CPJ realizou formação, em 16 (43%) não se registou nenhuma desistência/abandono. A taxa de desistências/abandonos ocorreu em 25 EP e 6 CE.

Entidades Outorgantes

Handwritten signature and initials.

Gráfico 10 – Motivos de desistências/abandonos

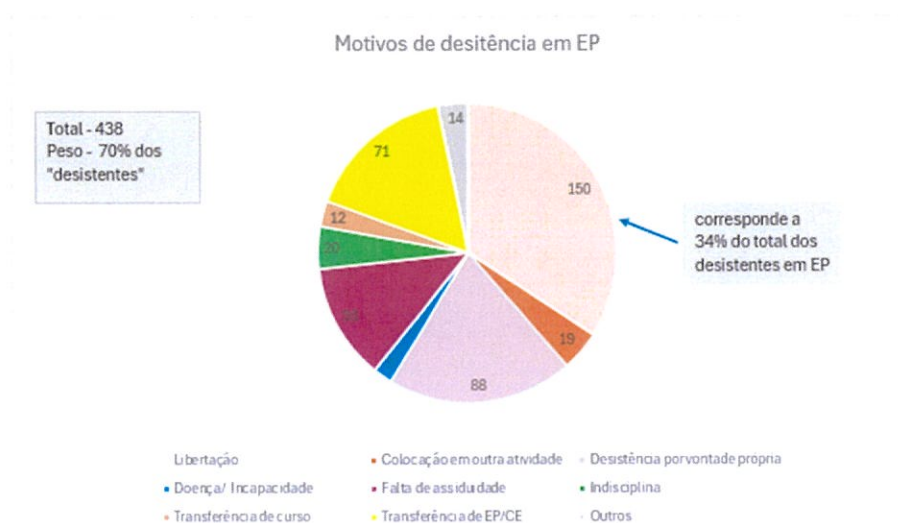


22

60. A esmagadora maioria das desistências (69%), tanto em EP como em CE, relaciona-se com motivos extrínsecos ao contexto da atividade formação onde se incluem, libertação ou fim de media, colocações em outras atividades (decorrentes, por exemplo, de orientações dos EP), transferências de curso por indisponibilidades horárias, transferências de EP/CE, ações disciplinares em EP, fora do âmbito da formação, que implicam a exclusão da formação. A “libertação/fim de medida”, corresponde a 40% do total, com 242 formandos, sendo seguida da “transferência de EP/CE”, com 100 formandos, cujo peso sobre os desistentes é de 16%.

61. É nos Estabelecimentos Prisionais que ocorrem a maioria das desistências/abandonos (70%) sendo a principal razão a “libertações/ fins de medida”, com 34%. Os motivos extrínsecos à formação representam 64% sobre o universo dos desistentes dos EP.

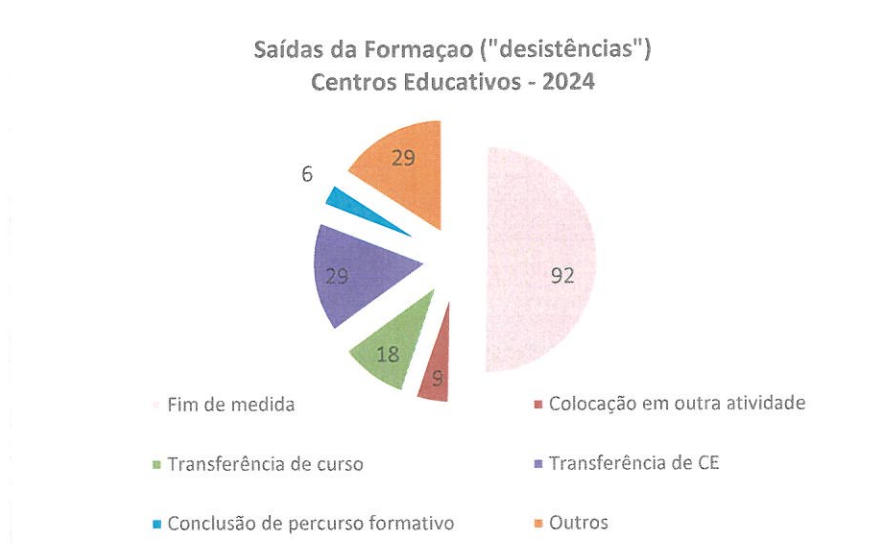
Gráfico 11 – Motivos de desistências/abandonos: EP



Entidades Outorgantes

62. Nos Centros Educativos, e pelo facto de os jovens estarem abrangido pela escolaridade mínima e sendo esta assumida como de frequência obrigatória, não se registam faltas à formação, nem desistências por vontade própria. Todos motivos estão diretamente relacionados com as dinâmicas de funcionamento do sistema da judicial.

Gráfico 12 – Motivos de desistências/abandonos: CE



63. Apresentam-se de seguida um quadro que compara a atividade formativa com os últimos três anos.

Quadro 8– Mapa resumo de execução física – Variações homóloga

Ano	2021			2022			2023			2024		
	Metas	Execução	Taxa de Execução (%)	Metas	Execução	Taxa de Execução (%)	Metas	Execução	Taxa de Execução (%)	Metas	Execução	Taxa de Execução (%)
Cursos EFA	101	116	114,85%	94	135	143,62%	126	134	106,35%	132	144	109,09%
Ações FMC	103	96	93,20%	39	106	271,79%	164	167	101,83%	147	167	113,61%
Total	204	212	103,92%	133	241	181,20%	290	301	103,79%	279	311	111,47%
N.º de formandos EFA	1 114	1 272	114,18%	1 033	1 451	140,46%	1 509	1 696	112,39%	1 580	1 725	109,18%
N.º de formandos FMC	1 400	1 144	81,71%	446	1 232	276,23%	2 068	2 059	99,56%	1 710	2 130	124,56%
Total	2 514	2 416	96,10%	1 479	2 683	181,41%	3 577	3 755	104,98%	3 290	3 855	117,17%
N.º de horas EFA	54 958	62 765	114,20%	57 953	65 525	113,07%	71 213	67 181	94,34%	72 977	65 862	90,25%
N.º de horas FMC	12 958	10 387	80,16%	12 172	10 225	84,01%	19 698	17 626	89,48%	20 325	20 390	100,32%
Total	67 916	73 152	107,71%	70 125	75 751	108,02%	90 911	84 807	93,29%	93 302	86 252	92,44%
Volume de Formação EFA	577 596	406 367	70,35%	590 227	448 135	75,93%	874 435	564 829	64,59%	751 932	547 780	72,85%
Volume de Formação FMC	90 527	93 229	102,99%	189 810	85 267	44,92%	208 303	142 239	68,28%	170 595	167 658	98,28%
Total	668 123	499 597	74,78%	780 037	533 401	68,38%	1 082 738	707 068	65,30%	922 527	715 438	77,55%

64. Como se pode constatar, desde 2021 que se regista um crescimento contínuo da atividade formativa em todos os indicadores de referência: n.º ações, n.º de formandos, horas de formação e volume de formação, sem que se tenha sido acompanhado de um aumento da equipa técnica.

Entidades Outorgantes



Handwritten signature and initials.

65. Com efeito, em 2024, cada gestor de ação, isto é, cada técnico afeto à Divisão de Qualificação, foi responsável por implementar e acompanhar, em média, 44 ações (mais 7 do que no ano transato).

66. Os resultados obtidos em 2024 e quando comparados com 2023, apontam para um crescimento em todos os parâmetros de referência. Foram implementadas mais 10 ações, abrangidos mais 100 formandos e realizado um volume de formação de mais 8.370 horas. Se se recuar a 2022, o crescimento é ainda mais expressivo. Foram realizadas mais 71 ações, abrangidos mais 1.172 formandos e executado um volume de mais 165.057 horas de formação.

24

67. Em síntese, e de uma forma global, pode concluir-se que as metas definidas no plano de formação foram atingidas ou superados, tendo o Centro atingido os objetivos propostos para o ano de 2024, designadamente, o de proporcionar o máximo de competências através do incremento do nível de escolaridade à sua população-alvo, a par do domínio das técnicas profissionais exigidas pelo mercado de trabalho, sendo este o veículo primordial para a plena reinserção socioprofissional dos formandos, que se espera que tenham, por esta via, efetivamente, melhores níveis de empregabilidade.

Entidades Outorgantes



VI - CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA

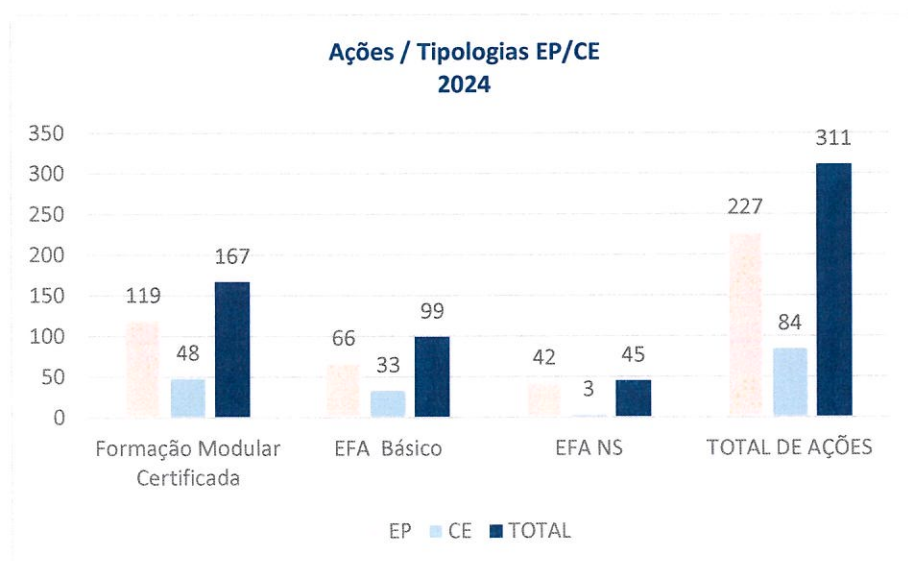
68. O quadro seguinte ilustra a distribuição das tipologias de formação, por EP e CE. A maior parte das ações foi implementada nos EP (71%), tendo estas ações sido distribuídas por 41 EP, mais dois que no ano anterior. Contudo, em proporção, a taxa de cobertura nos CE é francamente superior. Foram realizadas 84 ações em apenas 6 CE, enquanto os 227 cursos foram distribuídos por 41 EP.

Quadro 9 – Distribuição das ações por Tipologia

TIPOLOGIA	EP	CE	TOTAL
Formação Modular Certificada	119	48	167
Educação e Formação de Adultos	108	36	144
- escolar de nível B2	0	13	13
- escolar de nível B3	0	20	20
- escolar NS	0	3	3
- dupla certificação B1	6	0	6
- dupla certificação B2	16	0	16
- dupla certificação B3	44	0	44
- dupla certificação NS	42	0	42
TOTAL DE AÇÕES	227	84	311

69. O gráfico seguinte retrata a distribuição da oferta formativa por tipologia de cursos. Em 2024, foram implementados mais 23 cursos FMC do que EFA e destes, 69% são de nível básico.

Gráfico 13 – Distribuição das ações por Tipologia



70. No quadro e gráfico seguintes pode observar-se a distribuição geográfica da formação realizada, destacando-se a região Norte com 38% das ações implementadas e, no extremo oposto, o Algarve com apenas 2%. Será necessário reforçar a oferta formativa na região de Lisboa e Vale

Entidades Outorgantes

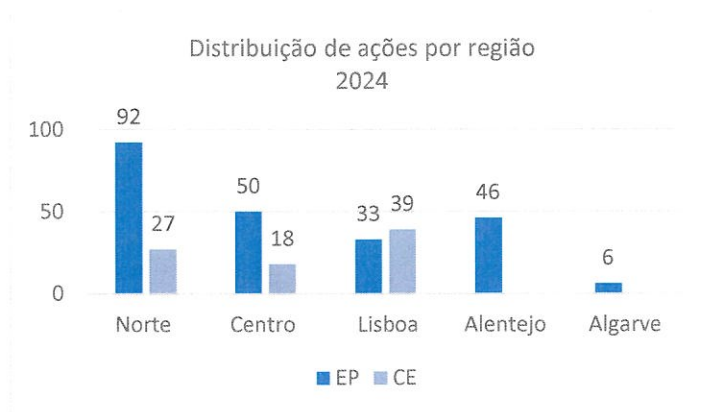
do Tejo (que concentra 21% das ações realizadas no ano) considerando que possui 13 EP, menos 2 do que a região Norte.

Quadro 10 – Distribuição de ações por região

Distribuição das ações por região						
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	TOTAL
EP	92	50	33	46	6	227
CE	27	18	39	0	0	84
TOTAL	119	68	72	46	6	311

26

Gráfico 14 – Execução do Plano de Formação por região



71. O quadro seguinte permite perceber a distribuição das ações de formação e dos formandos por Estabelecimento Prisional e Centro Educativo.

Quadro 11 – Distribuição da Formação por CE/EP

Local	Nº. EFA	Nº FMC	Nº. Total Ações	Nº F. Em EFA	Nº F. Em FMC	Nº total de Formandos
CE Belavista	4	8	12	29	56	85
CE Navarro de Paiva	4	11	15	45	85	130
CE Olivais	8	10	18	59	88	147
CE Padre António Oliveira	6	6	12	39	53	92
CE Santa Clara	6	5	11	41	42	83
CE Santo António	8	8	16	56	60	116
Sub total	36	48	84	269	384	653
EP Alcoentre	8	10	18	112	182	294
EP Aveiro	0	1	1	0	13	13
EP BEJA	0	2	2	0	25	25
EP Braga	2	6	8	28	95	123
EP Bragança	1	5	6	5	75	80
EP Caldas da Rainha	0	1	1	0	18	18

Entidades Outorgantes



Handwritten signature and initials.

EP Carregueira	3	7	10	41	105	146
EP Castelo Branco	0	1	1	0	14	14
EP Caxias	0	1	1	0	16	16
EP Chaves	2	1	3	31	16	47
EP Coimbra	6	4	10	79	56	135
EP Covilhã	0	1	1	0	9	9
EP Elvas	2	1	3	28	15	43
EP Évora	0	2	2	0	31	31
EP Guarda	5	8	13	66	120	186
EP Guarda - Ext Mondego	3	1	4	43	16	59
EP Guimarães	2	0	2	26	0	26
EP Izeda	11	5	16	153	76	229
EP Lamego	0	1	1	0	15	15
EP Leiria	0	4	4	0	63	63
EP Leiria (Jovens)	7	4	11	87	62	149
EP Linhó	5	1	6	70	14	84
EP Lisboa	0	1	1	0	13	13
EP Montijo	0	1	1	0	15	15
EP Odemira	0	1	1	0	15	15
EP Olhão	0	2	2	0	22	22
EP Paços de Ferreira	13	8	21	169	106	275
EP Pinheiro da Cruz	2	2	4	25	28	53
EP Porto	9	0	9	127	0	127
EP Santa Cruz do Bispo – M	3	0	3	28	0	28
EP Santa Cruz do Bispo - F	0	1	1	0	15	15
EP Setúbal	0	3	3	0	42	42
EP Silves	0	4	4	0	50	50
EP Sintra	2	5	7	23	71	94
EP Tires	1	3	4	14	42	56
EP Torres Novas	0	2	2	0	22	22
EP Vale de Judeus	9	7	16	114	85	199
EP Vale do Sousa	10	9	19	159	141	300
EP Viana do Castelo	0	1	1	0	15	15
EP Vila Real	2	0	2	28	0	28
EP Viseu	0	2	2	0	28	28
Sub total	108	119	227	1456	1746	3202
Totais	144	167	311	1725	2130	3855

72. São os EP de Paços de Ferreira, Izeda e Vale do Sousa que têm o maior número de cursos EFA, respetivamente, 13, 11 e 10 e que representa 23% do total e EFA implementados. Já no que diz



respeito às FMC, são os Centros Educativos Navarro de Paiva, Olivais e o EP de Alcoentre que têm o maior número de ações, respetivamente, 11, 10 e 10.

73. Nas figuras seguintes pode observar-se os Top 10 dos EP com mais formandos abrangidos e os EP onde se realizaram apenas uma ou duas ações.

10 EP com + Formandos		11 EP com 1 ação		07 EP com 2 ações	
EP	Número de formandos	EP	Número de formandos	EP	Número de formandos
Vale do Sousa	300	Covilhã	9	Torres Novas	22
Alcoentre	294	Aveiro	13	Olhão	22
Vale Judeus	199	Lisboa	13	Beja	25
Paços Ferreira	275	Castelo Branco	14	Guimarães	26
Izeda	229	Lamego	15	Vila Real	28
Guarda	186	Montijo	15	Viseu	28
Leiria Jovens	149	Odemira	15	Évora	31
Carregueira	146	Sta Cruz Bispo F	15		
Coimbra	135	Viana Castelo	15		
Porto	127	Caxias	15		
		Caldas da Rainha	18		

74. Os 10 EP com mais formandos abrangidos, num total de 2.040, representam 52% da atividade global. Os EP com 1 a 2 ações representam 44% do total dos EP onde o CPJ realizou formação.

75. Quanto à distribuição dos formandos por sexo, 94% são homens, o que não é de estranhar considerando que face ao universo da população reclusa (12.271), as mulheres representam apenas 7,2% e, nos CE as raparigas representam 17% do total (DGRSP: dezembro 2024).

76. Assim, dos 3 855 formandos que frequentaram as ações de formação, 3 618 são homens, dos quais 3 058 são formandos dos EP e 560 dos CE. Apenas 237 do total são do género feminino (144 em EP e 93 em CE).

Quadro 12 – Distribuição de formandos por género

	Formandos				
	M	%	F	%	TOTAL
EP	3058	79%	144	4%	3202
CE	560	15%	93	2%	653
TOTAL	3618	94%	237	6%	3855

77. No Plano de Formação, ressalta a grande diversidade de Áreas de formação/ saídas profissionais, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 13– Áreas e itinerários de formação abrangidos nas ações de formação

Área de Educação e Formação	Itinerários de formação
000 – Formação de Base	Formação de Base
	Formação em Competências Básicas
090 – Desenvolvimento Pessoal (Formação para a Inclusão)	Formar para (Re)Integrar
212 – Artes e Espetáculo	Intérprete/Ator/Atriz
213 – Audiovisuais e produção dos media	Técnico/a Multimédia
	Operador/a de Impressão
215 – Artesanato	Pintura e Arte
	Tecelão/Tecedeira
	Técnico/a de Pintura Decorativa
341 – Comércio	Técnico/a Comercial
	Técnico/a de Marketing
346 - Secretariado e Trabalho Administrativo	Assistente Administrativo/a
481 – Ciências Informáticas	Competências Digitais
	Instalação e Gestão de Redes Informáticas
	Operador/a de Informática
	Programador/a de Informática
	Técnico de Informática e Sistemas
	Técnico de Multimédia
521 – Metalurgia e Metalomecânica	Serralheiro/a Civil
522 – Eletricidade e energia	Eletricista de Instalações
	Eletromecânico de Refrigeração e climatização
	Técnico/a de Instalações Elétricas
	Técnico/a de Refrigeração e Climatização
523 – Eletrónica e Automação	Instalador/a – Reparador/a de Computadores
525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor	Eletricista de automóveis
	Mecânico/a de Serviços Rápidos
	Pintor/a de Veículos
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel
	Técnico/a de Reparação e Pintura de Carroçarias
541 – Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a – Padeiro/a
542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureiro/a Industrial de Tecidos
	Operador/a de fabrico de marroquinaria
543 – Materiais	Carpinteiro/a / Carpinteiro/a de Limpos
	Marceneiro/a
	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário
	Pintor/a / Decorador/a
582 – Construção Civil e Engenharia Civil	Canalizador/a

Entidades Outorgantes



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

	Ladrilhador/a - Azulejador/a
	Pedreiro/a
	Pintor/a da Construção Civil
621 – Produção Agrícola e Animal	Operador/a Agrícola
622 – Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Jardinagem
729 – Saúde	Técnico/a Auxiliar de Saúde
811 – Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a
	Operador/a de Manutenção Hoteleira
	Empregado/a de Restaurante/Bar
	Técnico/a de Cozinha/Pastelaria
	Técnico/a de Pastelaria/Padaria
812 – Turismo e Lazer	Técnico/a de informação e animação e turística
813 – Desporto	Técnico/a de Desporto
	Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva
815 – Cuidados de Beleza	Assistente de Cuidados de Beleza
	Assistente de Cabeleireiro
	Cabeleireiro/a
	Manicura – pedicura

78. Como se pode constatar, existiu a preocupação de diversificar a oferta formativa do Centro, repartida por 50 saídas profissionais (mais 4 do que em 2023) de 22 áreas de educação e formação (mais 3 do que no ano anterior). Esta tendo em conta as prioridades formativas nacionais e as condições dos polos de formação designadamente, quanto aos espaços físicos e equipamentos disponíveis para a formação, bem como ainda em termos de empregabilidade, na sua vertente oferta/dinâmica do mercado de trabalho.

79. Para a realização da formação nos vários EP e CE, o CPJ no ano de 2024 contou com a colaboração de **30 escolas associadas** nos locais abaixo identificados:

Entidades Outorgantes

Quadro 14 – Escolas associadas que colaboram com o CPJ

Região	EP/CE	Locais onde existiu a colaboração das escolas associadas, através da disponibilização de formadores
Norte	EP Izeda	Escola Secundária Abade Baçal
	EP Porto	Escola Secundária João Gonçalves Zarco
	EP Bragança	Escola Secundária Abade Baçal
	EP Guimarães	Escola Agrupamento de Escolas João de Meira
	EP Braga	Escolas André Soares
	EP Vila Real	Agrupamento de Escolas Diogo Cão
	EP Chaves	Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins
	EP Paços de Ferreira	Escola Secundária de Paços de Ferreira
	EP Santa Cruz do Bispo	Agrupamento de Escolas Eng. Fernando Pinto de Oliveira
	EP Vale do Sousa	Escola Secundária de Paços de Ferreira
	CE Santa Clara	EB 2.3 da Escola Júlio Saúl Dias
	CE Santo António	Agrupamento de Escolas Carolina Michäelis (Escola 2.3. Irene Lisboa)
Centro	EP Coimbra	Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro
	EP Guarda	Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque
	EP Guarda (Extensão Mondego)	Escolas da Sé
	EP Leiria (Jovens)	Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo
	EP Leiria	Agrupamento de Escolas D. Dinis
	EP Viseu	Agrupamento de Escolas Viseu Norte
	CE Olivais	Agrupamento de Escolas Martim de Freitas
Lisboa e Vale do Tejo	CE Bela Vista	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Gil Vicente
	CE Navarro Paiva	Agrupamento de Escolas de Benfica
	CE Padre António Oliveira	Agrupamento de Escolas de São Bruno
	EP Tires	Agrupamento de Escolas de Matilde Rosa Araújo
	EP Linhó	Agrupamento de Escolas de IBN Mucana
	EP Sintra	Agrupamento de Escolas Visconde Juromenha
	EP Carregueira	Agrupamento de Escolas de IBN Mucana
Alentejo	EP Alcoentre	Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira
	EP Vale de Judeus	Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira
	EP Pinheiro da Cruz	Agrupamento de Escolas de Grândola
	EP Elvas	Agrupamento de Escolas N.º 3



VII – ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA (CQ)

80. O CQ do CPJ tem como objetivo prioritário contribuir para elevação dos níveis de qualificação da população reclusa.

81. Tem como atribuições prestar serviços de informação, orientação e encaminhamento a todos os candidatos à oferta formativa promovida pelo CPJ, bem como à população residente no concelho de Azambuja. Realizando, também, e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação.

32

82. No que respeita aos indicadores de atividade do CQ, a taxa de execução registou um salto quantitativo que se justifica pelo esforço de dinamização do CQ por parte da equipa, bem como pelo seu alinhamento com a implementação do Plano de Formação. É o CQ que procede ao encaminhamento dos formandos e que valida os seus os seus requisitos.

83. No quadro 16 estão refletidas as metas que foram assumidas em sede de candidatura ao Programa Pessoas, situam-se o CPJ no patamar intermédio. No Quadro 16 estão espelhados os resultados conseguidos.

Quadro 15 - Metas para 2024

Inscritos	Nº de inscrições no Centro Qualifica	Encaminhados (para RVCC, formação ou outras)	Adultos não desistentes no processo de RVCC
Nº de candidatos	850*	90%	90%

*O valor assumido para o indicador inscritos reflete o valor contratualizado na candidatura financeira (2024) e a meta de 800 inscritos foi contratualizada no PEI, em 2023, com ANQEP.

Quadro 16 – Execução CQ 2024

Código Centro Qualifica	Designação	Meta Inscrições	Total 2024 Inscrições	Total 2024 Encaminhamentos	Total 2024 Encaminhamentos outras modalidades	Total 2024 Encaminhamentos RVCC	Total 2024 Certificações em RVCC	Total 2024 Certificações outras modalidades
1045216	Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça	800	1642	1666	1464	202	104	1379

84. Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que, em relação às metas contratualizadas registaram-se taxas de execução muito acima dos 100% nos indicadores de referência, respetivamente, 193% para os inscritos (1.642) e 218% para os encaminhamentos (1.666). Do

Entidades Outorgantes



[Handwritten signature]

total dos encaminhamentos feitos, 89% (1464) foram para formação profissional, dos quais 129 para entidades externas (9%).

85. Foram integrados em processos RVCC, 202 pessoas, tendo sido certificadas, por esta via, 104 pessoas e 1.379 foram certificadas no âmbito de outras modalidades de qualificação.

86. Salienta-se, ainda, que no que concerne ao encaminhamento para processo de RVCC, sobretudo de nível profissional, os resultados, ainda ficam aquém dos objetivos contratualizados. Para justificar esta situação consideram-se relevantes os seguintes aspetos:

33

- A população prisional apresenta um nível muito baixo de competências profissionais, e dentro de um mesmo EP poder-se-á encontrar isoladamente um ou outro adulto com competências numa determinada área, o que levanta constrangimentos na gestão orçamental do Centro, pois ao tornar-se difícil reunir um grupo de candidatos com competências em áreas similares o trabalho do CQ é realizado de uma forma quase individualizada sendo a respetiva despesa a mesma que para um grupo homogéneo de adultos.
- Apesar da baixa escolaridade verificada na população reclusa, na sua maioria são adultos sem quaisquer competências escolares, cujo perfil exige um encaminhamento para um percurso formativo que lhe confira as referidas competências.
- Ainda no contexto prisional, dada a situação de precariedade em que os adultos vivem, muitas vezes no processo de negociação do encaminhamento, este tende a recair sobre os percursos que permitem auferir alguma verba para adquirirem bens de primeira necessidade. Também nas situações de penas muito longas, não só o recluso, mas também o próprio EP, tende a dar preferência aos percursos que mantêm o adulto ocupado durante um período mais longo de tempo.
- Um outro constrangimento está relacionado com os processos de transferência de EP ou fins de medidas. Por exemplo, no mês de dezembro, o CPJ estava a realizar processos RVCC a 18 grupos, dos quais 14 estavam a decorrer em EP. Durante este período, procederam-se a 18 certificações e registaram-se 25 transferências ou saídas em liberdade cujo processo é, naturalmente, interrompido. Nem sempre, o CQ tem acesso imediato à informação referente a saídas e transferências dos reclusos. Ainda assim, existe a preocupação de se procurar encontrar soluções no exterior que possam dar continuidade a estes processos.

87. Foram ainda realizadas 58 comissões de avaliação e certificação, uma das quais no mês de dezembro e desenvolvidos os procedimentos administrativos para a atribuição por parte da ANQEP, IP do incentivo “acelerador Qualifica” a 176 reclusos.

Entidades Outorgantes



88. Até ao final do ano de 2024 foi atribuído o incentivo “Acelerador Qualifica” a 176 dos adultos que concluíram o processo de qualificação e relativos a processos instruídos pelo CQ do CPJ. A medida Acelerador Qualifica, foi implementada em 2022 e tem como objetivo incentivar os adultos com percursos de qualificação incompletos ou com baixas qualificações, a concluírem ou progredirem nas suas qualificações escolares e profissionais, atribuindo um incentivo financeiro que ronda os 600€. Os procedimentos prévios à atribuição deste apoio traduzem-se em diversas tarefas, nomeadamente: contactos telefónicos e via correio eletrónico com os estabelecimentos prisionais, civis e ANQEP, introdução de documentação no módulo e correção de erros processuais.
89. Face ao período homólogo, todos os indicadores de referência obtiveram uma variação positiva, tendo sido feitas mais 77 inscrições, mais 57 encaminhamentos para formação profissional, mais 29 encaminhamentos para processos RVCC e mais uma pessoa foi certificada por esta via. Estes resultados representam a melhor execução do CQ face aos dois anos anteriores (2022 e 2023).
90. Estes resultados permitiram que o financiamento por parte do FSE+ (Operação: PESSOAS-FSE+-01126100) correspondesse ao montante máximo elegível face ao escalão e inscritos/ano da candidatura efetuada.
91. Os processos de RVCC realizaram-se em 16 estabelecimentos prisionais e em três freguesias do concelho da Azambuja, conforme quadro infra.

Quadro 17 – Locais de realização de processos RVCC

EP de Olhão
EP Faro
EP Silves
EP Pinheiro da Cruz
EP Elvas
EP Setúbal
EP Alcoentre
EP Vale de Judeus
EP Porto
EP PJ Porto
EP Coimbra
EP Vale do Sousa
EP Carregueira
EP Viseu
EP Izeda
EP Leiria
EP Aveiro
Alcoentre– Civis
Alcoentre– Civis
Aveiras de Cima – Civis
Vale do Paraíso – Civis



92. As áreas profissionais passíveis de certificação pelo processo RVCC profissional do CQ do CPJ, após autorização da ANQEP, encontram-se representadas no quadro seguinte:

Quadro 18 – Áreas Profissionais

Serviços de apoio a crianças e jovens
Proteção de Bens e Pessoas

35

É importante salientar que, existindo público-alvo para o desenvolvimento de processo de RVCC numa outra área de educação e formação e existindo capacidade instalada, a autorização por parte da ANQEP é imediata.

93. Ao longo de 2024 foram realizadas 58 comissões de avaliação e certificação (CAC). As CAC permitem que candidatos que apresentem um percurso incompleto de qualificação, com certificações parciais obtidas em mais do que uma modalidade de educação e formação ou em processo de RVCC, possam obter uma qualificação
94. Dados estatísticos obtidos através do site da DGRSP, relativos a 2023, indicam-nos que os níveis de escolaridade da população reclusa condenada, são os seguintes:

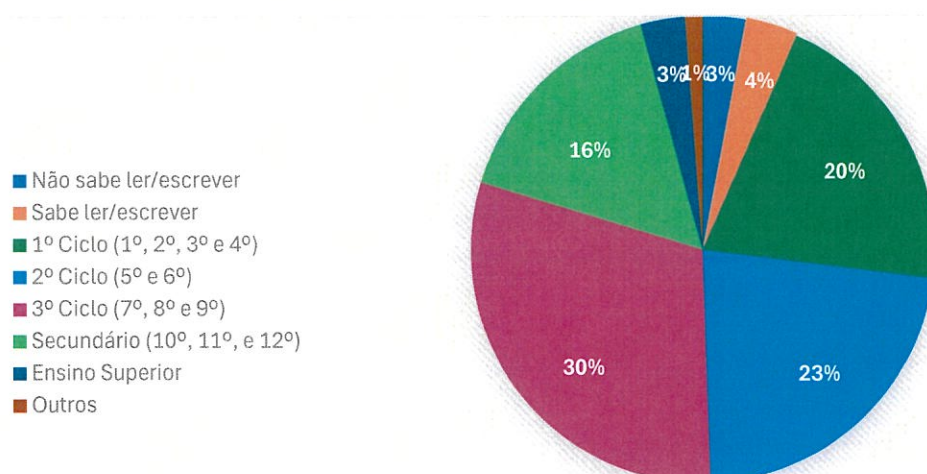
Quadro 19 – Nível de Ensino da População Reclusa Condenada (2023)

Nível de Ensino da população reclusa/condenada	Homens		Mulheres		Total	%
	Portugueses	Estrangeiros	Portuguesa	Estrangeiras		
Não sabe ler/escrever	270	29	54	9	362	2,97%
Sabe ler/escrever	321	74	43	9	447	3,67%
1º Ciclo (1º, 2º, 3º e 4º)	2153	182	122	26	2483	20,36%
2º Ciclo (5º e 6º)	2332	278	1	22	2739	22,46%
3º Ciclo (7º, 8º e 9º)	2923	544	166	53	3686	30,23%
Secundário (10º, 11º, e 12º)	1182	535	142	89	1948	15,98%
Ensino Superior	202	131	32	15	380	3,12%
Outros	96	35	12	5	148	1,21%
Total	9479	1808	678	228	12193	100,00%

95. Como se pode verificar, 80% dos reclusos têm um nível de escolaridade igual ou inferior ao 3.º ciclo, sendo mais representativo o conjunto dos reclusos que detêm até ao 2.º ciclo, representando 50% do total. De referir que 6,7% dos reclusos ou não sabe ler e escrever ou têm competências mínimas de leitura e escrita.

Entidades Outorgantes

Gráfico 15 – Percentagem do Nível de Ensino da População Reclusa (2023)



96. Se atender à análise por escalão habilitacional é o do 3.º Ciclo que tem um maior peso, com uma percentagem de 30%, seguido do 2.º Ciclo com 23%, o 1.º Ciclo com 20% e o secundário com 16%.
97. Estes dados confirmam a pertinência a necessidade de respostas de qualificação proporcionadas pelo CPJ, através do seu CQ e dos cursos EFA de nível básico

Equipa

98. A equipa do CQ desenvolve a sua atividade em estreita articulação com a Divisão de Qualificação do CPJ, visando não apenas conseguir que as ações promovidas pelo CPJ, possam ir de encontro, o mais possível, ao perfil e necessidades dos candidatos, como rentabilizar o trabalho administrativo efetuado no CQ que, posteriormente, não carece de duplicação quando do encaminhado para esta Divisão.
99. Durante o ano de 2024, a equipa do Centro Qualifica do CPJ foi constituída por uma estrutura central sediada no Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA), responsável pela gestão administrativa em toda a zona geográfica de intervenção, nomeadamente Lisboa, Alentejo/Algarve e Norte.
100. A equipa nuclear contou com cinco Técnicos de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências (TORVC), responsáveis pela inscrição, orientação e encaminhamento para ofertas formativas (incluindo Processos RVCC, Cursos EFA e outros), bem como pela realização de Comissões de Avaliação e Certificação (CAC) da população prisional de todos os estabelecimentos prisionais do território nacional e da população civil do concelho de Azambuja.

Entidades Outorgantes



Além disso, a equipa assegurou o acompanhamento, sobretudo nas fases iniciais, dos adultos encaminhados para Processos RVCC, bem como a gestão administrativa inerente às etapas de orientação, encaminhamento e reconhecimento/validação de competências, incluindo a introdução de dados na plataforma SIGO e a articulação com outras entidades e instituições. Compete ainda à equipa nuclear a comunicação direta com os TORVC no terreno, bem como a articulação com a equipa de formadores.

101. O trabalho realizado pelo CQ é quase na sua totalidade feito em itinerância, facto que assume elevado impacto em toda a sua organização interna. Estas itinerâncias são efetuadas sobretudo em Estabelecimentos Prisionais e fazem parte de um trabalho quotidiano da equipa.
102. Dada a dispersão geográfica do território de atuação do CQ do CPJ, sempre que se justifique, são contratados TORVC localmente, de acordo com o número de grupos ativos, garantindo assim uma resposta de maior proximidade, mais eficaz e célere.
103. A equipa do Centro Qualifica inclui também formadores para os Processos RVCC Escolar e RVCC Profissional (PRO). Em articulação com os Técnicos ORVC, estes formadores asseguram as várias fases do reconhecimento, validação e certificação de competências (escolares ou profissionais). As suas funções incluem a descodificação dos referenciais, análise dos Portefólios Reflexivos de Aprendizagens (PRA), apoio à preparação dos adultos para as provas de certificação, organização de sessões de júri e inserção de dados na plataforma SIGO. Os formadores do RVCC PRO realizam ainda entrevistas técnicas, enquanto os do RVCC Escolar, quando necessário, desenvolvem sessões de formação complementar.
104. Com o objetivo de uniformizar procedimentos da equipa em todos os locais de atuação do CQ do CPJ, foram criadas diversas Orientações Metodológicas e Guias, disponibilizados a todos os elementos da equipa. Estes documentos são atualizados regularmente para garantir o alinhamento com as exigências da Carta de Qualidade. Além disso, passou a ser realizada uma reunião geral anual para abordar questões essenciais à melhoria da comunicação entre os diversos intervenientes e à elevação da qualidade da intervenção do Centro.
105. Durante o ano de 2024, foi iniciada a utilização da plataforma HumanTrain pela equipa nuclear do Centro, com o objetivo de melhorar os procedimentos de seleção de candidatos para a oferta formativa promovida pelo CPJ junto dos estabelecimentos prisionais. A introdução desta plataforma representou um desafio significativo, uma vez que não estava inicialmente preparada para a articulação entre o Centro Qualifica e a Divisão de Qualificação. Foram, assim, criados



diversos procedimentos e desenvolvimentos que, ao longo do tempo, melhoraram a funcionalidade da ferramenta.



106. Por fim, destaca-se a importância da formação contínua da equipa ao longo de 2024, essencial para o reforço de competências e para responder às novas exigências da atividade. Foram frequentadas formações nas seguintes áreas:

- Igualdade de Género no Trabalho e no Emprego
- Webinar: Soft Skills para a Qualificação e Inovação
- HumanTrain – Software de Gestão da Formação
- Vision – Formação Profissional com Realidade Virtual para Formar Reclusos
- Seminário Internacional de Educação e Formação de Adultos: Liberdade, Desenvolvimento e Bem-Estar
- Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Educação nas Prisões: Rumos e Desafios
- Auditorias a Projetos de Formação Financiados
- Inteligência Emocional

Protocolos e Parcerias

107. O principal parceiro é a DGRSP, com quem se articulam todas as intervenções do CQ, como sejam a realização das ações de informação e divulgação por todos os estabelecimentos prisionais, das quais resultam inscrições para os processos de RVCC. Também na fase de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento, os adultos são direcionados para as ofertas disponíveis em cada EP, de acordo com o seu perfil e motivações futuras. A maior parte da população prisional apresenta baixa qualificação escolar e profissional, sendo maioritariamente encaminhada para percursos EFA ou FMC. Uma percentagem menor segue para Processos de RVCC Escolar e/ou Profissional, sendo que, dentro deste grupo, a maioria é composta por reclusos.

108. No âmbito da articulação com outras entidades, o CQ é membro do Conselho Local de Ação Social de Azambuja e do Conselho Municipal de Educação de Azambuja.

Quadro 20– Parcerias

DGRSP
Câmara Municipal de Azambuja
Cento Qualifica da Escola Secundária de Azambuja
IEFP Santarém

Entidades Outorgantes



Junta de Freguesia de Aveiras de Cima
Junta de Freguesia de Vale do Paraíso
Junta de Freguesia de Alcoentre
Junta de Freguesia de Manique, Maçussa e Vila Nova da Rainha
Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo
Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha
GIP Gabinete de Inserção Profissional -Azambuja
APAS – Associação de Produtores Agrícolas da Sobrena
CAP -Confederação de Agricultores de Almeirim
Escola D. Carlos I
Plano Nacional de Leitura
Agrupamento Escolas dos Templários
CQ da TAIPA
2065 – ADL

2
4

39

Atividades desenvolvidas que contaram com o envolvimento do CQ

- 109.** Com o objetivo de captação de públicos com menor qualificação escolar e, pelo facto do CQ do CPJ estar sediado numa zona rural, a disponibilização de ofertas relacionadas com a atividade agrícola, permitiu que alguns adultos ligados a esta área, voltassem a receber formação e a interessarem-se pelo aumento das suas qualificações. Em 2024, foi possível encaminhar cerca de 24 candidatos. O CQ procedeu também ao encaminhamento de 96 cidadãos estrangeiros para cursos de “Português Língua de Acolhimento.
- 110.** Foram também realizadas outras atividades que contaram com o envolvimento e participação do CQ, algumas das quais estão descritas no capítulo seguinte. Estas atividades tiveram por objetivo sensibilizar o nosso público-alvo para determinadas temáticas, designadamente: a comemoração do "Setembro Mês da Alfabetização e das Literacias" (SMAL 2024), respondendo a um convite lançado pela Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos, Aprendizagens (APEFA); as atividades realizadas para comemorar o Dia Internacional da Educação nas Prisões (DIEP), iniciativa promovida pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APeND).
- 111.** No que se refere à população civil, o recurso às redes sociais, foi fundamental para a captação de público para as ofertas disponibilizadas, mantendo-se 4 grupos ativos durante 2024.
- 112.** Uma das estratégias adotadas por este Centro é a parceria com diversas entidades que prestam serviços de proximidade à população local, nomeadamente juntas de freguesia e entidades formadoras. Estas parcerias permitem disponibilizar ofertas formativas alinhadas com as

Entidades Outorgantes



necessidades identificadas junto do público-alvo do CPJ. Neste sentido, e como forma de consolidar e estruturar esta colaboração, foi contratualizada no Plano Estratégico de Intervenção para 2023-2025 a criação de uma Rede Local para a Qualificação no Concelho de Azambuja. Este compromisso visa fortalecer a articulação entre os diferentes agentes locais, promovendo uma resposta mais eficaz e integrada às necessidades da população.

- 113.** Salienta-se, também, que ao longo de 2024, o coordenador do CQ do CPJ participou em todas as reuniões do Conselho Municipal de Educação de Azambuja e do Conselho Local de Ação Social do Conselho de Azambuja, estando também o CQ do CPJ representados no Grupo Operativo, através de uma TORVC, onde tem sido possível dar respostas às necessidades identificadas localmente no que se refere às questões da educação/formação, nomeadamente através da realização de sessões de divulgação da oferta do Centro em todas as reuniões com os encarregados de educação do Agrupamento de Escolas do Alto Concelho.



VIII – OUTRAS ATIVIDADES E PARTICIPAÇÕES

Para além da atividade formativa, o ano de 2024 foi também marcado pela realização de um conjunto de outras atividades, algumas das quais inovadoras e que permitiram afirmar o papel do CPJ junto da comunidade e reforçar as dinâmicas de parcerias com diferentes atores. Foi o caso da realização de três workshops regionais que contaram com o envolvimento de todos os EP; das três ações de sensibilização relativas às temáticas da igualdade e da não discriminação dirigidas a reclusos que visou assinalar o Dia Internacional da Alfabetização; a candidatura ao concurso DIEP 2024; a participação no projeto Vision- Visualising the Future Through Training, financiado pelo Programa Erasmus+; o projeto Recultivar, entre outros.

41

A seguir descrevem-se, sumariamente, essas atividades.

SMAL 2024 – Setembro, Mês da Alfabetização e das Literacias

O Dia Internacional da Alfabetização, celebrado a 8 de setembro, foi instituído pela UNESCO em 1967, para destacar a alfabetização como um direito fundamental e uma importante ferramenta de transformação social. De acordo com a UNESCO, cerca de 763 milhões de adultos ainda não sabem ler e escrever, sendo que dois terços deles são mulheres e precisam de conhecimentos básicos de leitura e escrita, razão pela qual continua a ser uma prioridade política e encontra-se inscrito nos 4.º Objetivo dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU até 2030.

Sendo conhecidos os baixos níveis de escolaridade da população reclusa, o CPJ, através do seu CQ, e respondendo a um convite feito pela Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos, Aprendências (APEFA), aderiu à Iniciativa Nacional de Educação de Adultos, "Setembro Mês da Alfabetização e das Literacias" (SMAL 2024). Nesse contexto, organizou a 13 de setembro, uma sessão dirigida a um grupo de reclusos do EP de Alcoentre que se encontrava a realizar processos RVCC. Esta sessão foi dinamizada pela Dra. Teresa Calçada cujo percurso profissional está ligado à da política nacional de leitura pública, tendo sido uma impulsionadora da criação da Rede de Bibliotecas Escolares Municipais e coordenadora do Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares, do Ministério da Educação, bem como comissária do Plano Nacional de Leitura entre 2017 e 2022.

DIEP - Dia Internacional da Educação nas Prisões

Visando assinalar o Dia Internacional da Educação nas Prisões (DIEP), iniciativa que é promovida pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEnD), o CPJ, através do Centro Qualifica e da sua Comissão para a Igualdade e Não Discriminação, promoveu três sessões de sensibilização subordinadas à temática da igualdade de género e da não discriminação, dirigidas a reclusos dos estabelecimentos prisionais de:

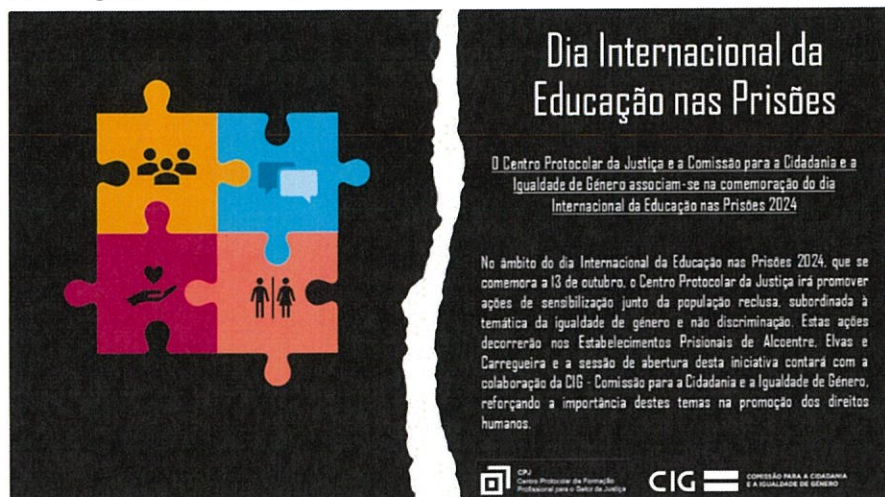
Entidades Outorgantes

- Alcoentre - dia 14.10.2024;
- Elvas - dia 16.10.2024
- Carregueira - dia 18.10.2014

Handwritten signature and initials.

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) foi convidada a associar-se a esta iniciativa

e, nesse contexto, assegurou a dinamização da sessão realizada no EP de Alcoentre. Os formandos foram desafiados a explorar e a questionar os estereótipos e as



42

perceções erróneas que constituem as barreiras socioculturais em que assentam os comportamentos discriminatórios e que, muitas vezes, limitam o exercício pleno da cidadania e condicionam o acesso a direitos e oportunidades, tendo as sessões sido orientadas para o reconhecimento do papel da educação como um meio de promover uma sociedade mais justa e inclusiva, capaz de respeitar os valores, as experiências e as diferenças individuais. Para incentivar uma reflexão ainda mais profunda sobre o impacto da educação nas suas vidas e no seu desenvolvimento pessoal, foi lançado um concurso de reflexão sob o tema "A Educação como Ferramenta de Inclusão e Transformação", tendo os formandos sido convidados a partilhar as suas perspetivas sobre a importância da educação no contexto prisional. Os 3 trabalhos vencedores foram premiados com obras literárias.

Concurso DIEP 2024

Ainda no quadro das comemorações do Dia Internacional da Educação nas Prisões, o CPJ apresentou uma candidatura ao "Concurso DIEP 2024", promovido pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões (APEnD), cujo resultado consistiu na atribuição, por esta entidade, de um certificado de participação e de duas caixas de material didático (esferográficas, lápis,



Entidades Outorgantes



borrachas e oito resmas de papel). Para além disso o projeto foi publicado na Revista Magazine APEnP (Nov. 24), que tem divulgação nacional e internacional.

Plano Nacional para a Juventude

O Plano Nacional para a Juventude 2022-2024 tem definida uma medida que visa “introduzir programas específicos de formação e qualificação para públicos mais afastados do mercado de trabalho, em articulação com estratégias mais vastas, por exemplo no âmbito da proteção social e do mercado social de emprego, no sentido de melhorar não apenas as oportunidades de emprego, mas também os níveis de cidadania e de participação na vida social”. Uma das atividades do Plano de Ação que está associada a esta medida é a realização anual de cinco *workshops* nos estabelecimentos prisionais e nos centros educativos com o intuito de informar os jovens sobre as opções existentes no que respeita a cursos. Visando o cumprimento deste objetivo, foram realizadas, em articulação com a DGRSP, sete sessões de sensibilização e orientação para os jovens dos seis Centros Educativos.

43

CITE – Selo Igualdade Salarial

A Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego distinguiu o CPJ com o “Selo da Igualdade Salarial” 2024 que se insere no âmbito do Dia Nacional para a Igualdade (14 de novembro). Este selo



visa reconhecer as boas práticas na promoção da Igualdade Remuneratória entre Mulheres e Homens por trabalho igual ou de igual valor, constituindo um testemunho do compromisso contínuo com a igualdade de género e a eliminação das disparidades salariais entre mulheres e homens.

Projeto Recultivar: Semeando a Reabilitação Mental”



O CPJ é parceiro da Associação Upfarming na implementação do projeto “Recultivar: Semeando a Saúde Mental” financiado pelo BPI e Fundação “La Caixa”. Este projeto visa qualificar 44 utentes do Serviço Regional de Psiquiatria Forense, através da implementação de uma

Entidades Outorgantes



horta vertical no Hospital Júlio de Matos, associada a um plano de formação profissional que é assegurado pelo CPJ, através do qual pretende-se a aquisição de competências técnica, pessoais e profissionais e, por essa via, melhorar os níveis de empregabilidade desta população.

Workshops: “Dinâmicas de articulação em contextos de formação”

O CPJ, em parceria com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, realizou três *Workshops* (WS) sob o tema “Dinâmicas de articulação em contextos de formação”, dirigido a responsáveis e técnicos dos Estabelecimentos Prisionais que intervêm na implementação da formação profissional. Estes *workshops* tiveram como objetivos: criar momentos de partilha de conhecimentos e reflexão em conjunto, bem como o aprofundamento de relações; divulgar novos procedimentos para inscrição de reclusos na oferta formativa do CPJ; reconhecer vantagens da utilização da plataforma de Gestão da Formação "Human Train" para os EP; Partilhar boas práticas no desenvolvimento da formação em contexto prisional, bem como de atividades complementares à formação; apresentar a atividade realizada pelo Centro Qualifica e sensibilizar os EP para a importância dos processos de RVCC.



NFA – Lisboa e Centro



Porto



Pinheiro da Cruz

Estas sessões contaram com a presença de 104 pessoas, das quais 1 elemento do Conselho de Administração do CPJ, 2 da DGRSP, 78 dos EP, 12 do CPJ e 11 mediadores de cursos EFA.

Os WS tiveram lugar no Núcleo de Formação de Alcoentre, a 21 de maio de 2024; no EP de Pinheiro da Cruz, no dia 24 de maio de 2024 e no Serviço de Formação do Porto (IEFP), no dia 5 de junho de 2024.

O relatório destes WS encontra-se disponível em:

<https://www.cpj.pt/documentos/workshop-dinamicas-de-articulacao-em-contexto-de-formacao-ep-cpj-2024-vf.pdf>

Seminário Nacional - projeto “Vision- Visualising the Future Through Training”

O CPJ, organizou o Seminário de disseminação do projeto “Vision- Visualising the Future Through Training” que teve lugar no dia 2 de fevereiro de 2024, em Alcoentre e contou com a presença de cerca de 60 profissionais da DGRSP, do IEFP, IP, dos EP, dos CE e do CPJ.

Entidades Outorgantes



I Congresso Internacional “Rumos e Desafios”

O CPJ esteve presente, através da Diretora que participou como oradora no I Congresso Internacional subordinado à temática “Rumos e Desafios”, promovido pela Associação Portuguesa de Educação nas Prisões e que teve lugar no Montijo, de 2 a 4 de abril de 2024.

45

I Congresso Internacional de Educação

O CPJ esteve presente no I Congresso Internacional de Educação, subordinado à temática “Diálogos Luso Brasileiros sobre Formação ao Longo e em Diferentes Espaços de Vida”, através da Diretora que participou como oradora. Este Congresso foi organizado pela Universidade de Coimbra e pela Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), que teve lugar em Coimbra no dia 25 de outubro de 2024.

Instrumentos Técnicos e de Gestão

Durante o ano de 2024 foram revistos um conjunto de regulamentos que resultaram de alterações legislativas ou necessidade de clarificações /atualizações em função da sua aplicação prática. O princípio subjacente à revisão de alguns destes regulamentos prende-se com a perspetiva de que as pessoas devem estar em primeiro lugar e ser valorizadas. Os regulamentos novos justificam-se pela necessidade de definir novos procedimentos e harmonizar atuações no contexto organizacional.

Atualizações / Revisões

- Regulamento de Duração e Organização do Tempo de Trabalho
- Regulamento de Teletrabalho
- Regulamento de Avaliação de Desempenho – RAD
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Novos

- Política de Proteção de Dados
- Política de Segurança de Informação
- Orientação Técnica n.º 1/2024 – Registos de Ocorrências

Celebração do protocolo com a DGRSP – Faxinas

Foi celebrado a 23 de maio de 2024, um protocolo entre o CPJ e a DGRSP que visa o desenvolvimento de ações destinadas a capacitar profissionalmente os reclusos em Regime Comum (RC) e Regime Aberto ao Interior (RAI), dos Estabelecimentos Prisionais da DGRSP, para a realização de tarefas de limpeza, manutenção geral nos espaços onde decorre a formação do CPJ.

Entidades Outorgantes



Handwritten signature and initials in the top right corner.

IX - ATIVIDADE FINANCEIRA

114. O quadro abaixo apresenta a execução orçamental de 2024, contemplando os correspondentes desvios da receita cobrada e despesa paga, face às dotações disponíveis, com o respetivo grau de execução orçamental geral de receita e de despesa.

Quadro 21 – Execução orçamental global

Descrição	Dotações corrigidas	Execução	Desvio	Grau de execução orçamental
Na posse do serviço	188 635,00 €	188 634,61 €	-0,39 €	100%
Receitas correntes + RNAP	4 346 686,00 €	4 041 606,79 €	-305 079,21 €	93%
Receitas de capital	1 188 870,00 €	685 389,15 €	-503 480,85 €	58%
Total da receita (1)	5 724 191,00 €	4 915 630,55 €	-808 560,45 €	86%
Activos financeiros	188 635,00 €	188 634,61 €	-0,39 €	100%
Despesas correntes	4 346 686,00 €	4 031 814,51 €	-314 871,49 €	93%
Despesas de capital	1 188 870,00 €	685 385,53 €	-503 484,47 €	58%
Total da despesa (2)	5 724 191,00 €	4 905 834,65 €	-818 356,35 €	86%
Saldo de gerência (1) - (-2)		9 795,90 €		

115. O nível de execução global da receita total situou-se em cerca de 86%, em linha com a execução global da despesa também em cerca de 86%. Apurando-se um saldo de € 9.795,90, resultante da diferença entre a receita executada e despesa paga.

116. É a seguir apresentada a execução orçamental da receita, por classes:

Quadro 22– Execução orçamental da receita

Saldo na posse do serviço	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Na posse do serviço	188 635,00 €	188 634,61 €	-0,39 €	100%
Total - Saldo na posse do serviço	188 635,00 €	188 634,61 €	-0,39 €	100%
Receitas correntes	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Receitas próprias - outras instituições	9 263,00 €	4 187,68 €	-5 075,32 €	45%
Receitas próprias - CEDIC - Administração - Estado	175,00 €	174,19 €	-0,81 €	100%
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - DGRSP	661 765,00 €	661 765,00 €	0,00 €	100%
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	3 675 000,00 €	3 375 000,00 €	-300 000,00 €	92%
Total - Receitas correntes	4 346 203,00 €	4 041 126,87 €	-305 076,13 €	93%
Receitas de capital	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Receitas próprias - outras instituições	6 160,00 €	6 099,91 €	-60,09 €	99%
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	176 250,00 €	176 250,00 €	0,00 €	100%
PRR-Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	1 006 460,00 €	503 039,24 €	-503 420,76 €	50%
Total - Receitas de capital	1 188 870,00 €	685 389,15 €	-503 480,85 €	58%
Receitas - RNAP	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
RNAP - Reposições não abatidas aos pagamentos	483,00 €	479,92 €	-3,08 €	99%
Total - Receitas outras	483,00 €	479,92 €	-3,08 €	99%
Total Geral	5 724 191,00 €	4 915 630,55 €	808 560,45 €	86%

Entidades Outorgantes



117. O saldo na posse do serviço corresponde ao valor acumulados dos saldos de gerência de anos anteriores (€ 188.634,61), foi aplicado em Títulos de Curto Prazo – CEDIC na data de 28 de novembro de 2024.
118. As receitas correntes e de capital são recursos financeiros auferidos principalmente no âmbito do protocolo de criação do Centro, Portaria n.º 538/88 de 10 de agosto, sendo provenientes do IEFP, IP e DGRSP, contemplando também receitas de outras instituições da EU, mais concretamente do Projeto Vision - Erasmus +.
119. A execução de 93% em receitas correntes reflete que a receita cobrada líquida foi inferior à receita disponível no montante de € 305.076,13.
120. Em relação à execução das receitas de capital de 58% esta apresenta-se aquém do exetável, contudo ressalve-se a execução plena (100%) das receitas provenientes do IEFP, IP – Funcionamento. Quanto à receita no âmbito do PRR foi cobrada receita no montante de € 503.039,24, que representou uma execução de 50% das previsões corrigidas.
121. A baixa execução do PRR ficou a dever-se a fatores extrínsecos ao CPJ, designadamente: a proposta de alteração à carta de compromisso só foi aprovada e assinada pelo IEFP em julho de 2025, pelo que o CPJ só pôde retomar os procedimentos aquisitivos no segundo semestre do ano. Paralelamente registaram-se vários constrangimentos ao nível de alguns dos procedimentos aquisitivos: um concurso ficou deserto; caducidade de um outro por falta de apresentação dos documentos de habilitação; não início dos investimentos relacionados com a componente das obras pelo facto de terem existido constrangimentos na obtenção do certificado energético do NFA (condição *sine qua non* para a obtenção do financiamento por via do PRR) pelo facto de o CPJ não deter o registo matricial da parcela por si ocupada como prédio urbano, situação só ultrapassada em dezembro de 2024. Por estas razões os investimentos previstos para a componente das obras só terão início no ano de 2025.

Entidades Outorgantes

122. O quadro seguinte apresenta em detalhe a decomposição da receita no último triénio:

Quadro 23– Detalhe da receita

	2022	2023	2024
Total da Receita	4.940.265,00 €	5.876.577,00 €	5.724.191,00 €
Cativos/Reserva (-)	4.470,00 €	0,00 €	0,00 €
Receita Disponível	4.935.795,00 €	5.876.577,00 €	5.724.191,00 €
Receita Cobrada	3.672.116,11 €	4.149.322,39 €	4.915.630,55 €
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA COBRADA			
RECEITAS CORRENTES			
Projeto Vision - Erasmus +	0,00 €	10.254,81 €	4.187,68 €
Transferências - IEFP	2.943.541,00 €	3.346.464,00 €	3.375.000,00 €
Transferências - DGRSP	375.237,00 €	526.765,00 €	661.765,00 €
Receitas próprias - CEDIC	0,00 €	34,47 €	174,19 €
Subtotal (1)	3.318.778,00 €	3.873.263,47 €	4.041.126,87 €
RECEITAS DE CAPITAL			
Projeto Vision - Erasmus +	0,00 €	0,00 €	6.099,91 €
Transferências de Capital - IEFP (Plafond)	180.530,00 €	97.000,00 €	176.250,00 €
Transferências de Capital - IEFP (PRR)	0,00 €	160.769,68 €	503.039,24 €
Subtotal (2)	180.530,00 €	257.769,68 €	685.389,15 €
RECEITAS RNAP			
Reposições não abatidas aos pagamentos	441,77 €	1.742,78 €	479,92 €
Subtotal (3)	441,77 €	1.742,78 €	479,92 €
Receita Cobrada - Líquida de SG (4) = (1) + (2) + (3)	3.499.749,77 €	4.132.775,93 €	4.726.995,94 €
Saldo de Gerência anterior * (5)	172.366,34 €	6.291,65 €	188.634,61 €
Total de receita do ano (4) + (5)	3.672.116,11 €	4.139.067,58 €	4.915.630,55 €

* Esta receita não teve subjacente qualquer fluxo financeiro visto se tratar do saldo de disponibilidades relativo ao saldo da gerência anterior, da componente que fica em posse do CPJ.

123. A receita cobrada líquida em 2024, foi de € 4.915.630,55, decomposta em € 4.041.126,87 (82,21%) relativos a receitas correntes, € 685.389,15 (13,94%) de receitas de capital, € 479,92 (0,01%) de reposições não abatidas aos pagamentos, encontra-se também inscrito em receita o montante de € 188.634,61 (3,84%), referente à parcela dos saldos de gerência acumulados de anos anteriores na posse do Centro, porquanto não originada por qualquer fluxo financeiro em 2024.

124. A receita corrente arrecadada em 2024, no montante de € 4.041.126,87 foi superior à receita corrente arrecadada em 2023 (€ 3.873.263,47) e em 2022 (€ 3.318.778,00), um acréscimo de € 167.863,40 e de € 722.348,87, respetivamente.

125. A receita de capital arrecadada em 2024, no montante de € 685.389,15 foi superior à receita de capital arrecadada em 2023 (€ 257.769,68) e em 2022 (€ 180.530,00), um acréscimo de € 427.619,47 e € 504.859,15, respetivamente.

126. No âmbito do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, o CPJ no ano de 2024 arrecadou € 503.039,24 de receita de capital, no exato montante da despesa realizada.

Entidades Outorgantes



127. Em relação ao do projeto Vision – Erasmus + foi arrecadada uma receita total de € 10.287,59 (€ 4.187,68 + € 6.099,91).

128. Apresenta-se de seguida a execução orçamental da despesa do ano de 2024 face às dotações corrigidas:

Quadro 24 – Execução orçamental da despesa

Despesas Correntes	Dotações corrigidas	Despesa paga líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
D1. Despesas com o pessoal	1 124 197,00 €	1 071 396,22 €	-52 800,78 €	95%
D2. Aquisição de bens e serviços	2 406 649,00 €	2 304 835,22 €	-101 813,78 €	96%
D4. Transferências e subsídios correntes	815 496,00 €	655 521,99 €	-159 974,01 €	80%
D6. Outras despesas correntes	344,00 €	61,08 €	-282,92 €	18%
Total - Despesas correntes	4 346 686,00 €	4 031 814,51 €	-314 871,49 €	93%
Despesas de capital	Previsões corrigidas	Despesa paga líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
D7. Investimento	1 188 870,00 €	685 385,53 €	-503 484,47 €	58%
D9. Despesas com ativos financeiros	188 635,00 €	188 634,61 €	-0,39 €	100%
Total - Despesas de capital	1 377 505,00 €	874 020,14 €	-503 484,86 €	63%
Total Geral	5 724 191,00 €	4 905 834,65 €	-818 356,35 €	86%

129. O grau de execução orçamental da despesa global com base na despesa paga cifra-se nos 86%, em linha com o grau de execução orçamental da receita cobrada líquida também de 86%.

130. Em relação às despesas correntes, o desvio apresentado face às dotações corrigidas no montante de – 314.871,49€, deve-se, essencialmente, às rubricas de “Despesas com o pessoal”, “Aquisição bens e serviços” e de “Transferências e subsídios correntes”, com desvios de -52.800,78€, - 101.813,78€ e – 159.974,01€, respetivamente.

131. A decomposição da despesa paga líquida por agrupamento económico, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 25 – Despesas totais por agrupamento económico

	2022	%	2023	%	2024	%
Total da Despesa	3.616.446,19 €		4.065.182,19 €		4.905.834,65 €	
Despesas Correntes (por Agrupamento Económico)	3.263.573,34 €	90,24%	3.809.809,53 €	93,72%	4.031.814,51 €	82,18%
01 - Despesas com o Pessoal	977.382,23 €	27,03%	983.534,30 €	24,19%	1.071.396,22 €	21,84%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	1.814.644,54 €	50,18%	2.167.734,07 €	53,32%	2.304.835,22 €	46,98%
04 - Transferências Correntes	471.148,51 €	13,03%	658.497,48 €	16,20%	655.521,99 €	13,36%
06 - Outras Despesas Correntes	398,06 €	0,01%	43,68 €	0,00%	61,08 €	0,00%
Despesas de Capital (por Agrupamento Económico)	352.872,85 €	9,76%	255.372,66 €	6,28%	874.020,14 €	17,82%
07 - Aquisição de Bens de Capital	180.506,51 €	4,99%	249.081,01 €	6,13%	685.385,53 €	13,97%
IEFP (Plafond)	180.506,51 €	4,99%	88.311,33 €	2,17%	182.346,29 €	3,72%
IEFP (PRR)	0,00 €	0,00%	160.769,68 €	3,95%	503.039,24 €	10,25%
09 - Ativos Financeiros	172.366,34 €	5,28%	6.291,65 €	0,16%	188.634,61 €	4,67%
Saldo de Gerência - IEFP *	49.378,37 €		74.163,58 €		8.190,61 €	

* Nos anos de 2022, 2023 e 2024, em consonância com o plasmado nas respetivas Leis do Orçamento de Estado, a componente do saldo de gerência com origem em transferências do IEFP, IP, que são transferidas para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., conforme legalmente determinado. Estas verbas não são inscritas no orçamento de despesa, mas sim classificadas em operações extraorçamentais em cumprimento das instruções emanadas pela Direção Geral do Orçamento (DGO).

Entidades Outorgantes



[Handwritten signature]

132. A despesa paga líquida do ano, atingiu o valor global de € 4.905.834,65, repartida por 4.031.814,51€ (82,18%) em despesas correntes e 874.020,14€ (17,82%) em despesas de Capital.
133. Pela análise comparativa da execução orçamental de 2024 face à de 2023 e de 2022, verifica-se que o aumento mais significativo em despesas correntes ocorreu nos agrupamentos económicos 01 – Despesas com pessoal (“01”), 02 – Aquisições e Bens e Serviços (“02”) e 04 – Transferências Correntes – Famílias (“04”). Assim, face a 2023, apurou-se um acréscimo de despesa no agrupamento “01” de € 87.861,92 (8,20%) e no “02” de € 137.101,15 (5,95%). Em relação a execução de 2022, um acréscimo de despesa no agrupamento “01”, “02” e “04”, de € 94.013,99 (8,77%), de € 490.190,68 (21,27%) e de € 184.373,48 (28,13%).
134. Refira-se que o aumento de despesa verificado nos agrupamentos “02” e “04”, onde são registadas, nomeadamente, as despesas com prestadores de serviços de formação e as bolsas pagas aos formandos, acompanham o aumento de atividade do Centro em 2024.
135. Também as despesas com aquisição de bens de capital de 2024, no montante de € 874.020,14, consubstanciam um aumento de despesa face a 2023 e 2022, de € 618.647,48 (70,78%) e € 521.147,29 (59,63%), explicadas fundamentalmente pelos incrementos na execução do investimento PRR-Plano de Recuperação e Resiliência, nos montantes de € 342.269,56 (68,04%) e € 503.039,24 (100%) face a 2023 e 2022, respetivamente.
136. Em relação às despesas de capital relativas a ativos financeiros, consubstanciam a aplicação em CEDIC dos saldos de gerência acumulados na posse do serviço, cuja obrigatoriedade se iniciou no ano de 2022. A variação positiva em 2024 face a 2023, de € 182.342,96 (96,60%), deve-se a somente ter sido registado, no ano de 2023, em despesa com as aplicações em CEDIC o montante do saldo de gerência de 2022 (6.291,65€), tendo o remanescente aplicado (172.366,34€) sido registado como restituição de receita nesse ano.
137. O saldo de gerência apurado no ano de 2024 resultante da diferença entre o total da receita cobrada líquida (€ 4.915.630,55) e a despesa paga líquida (€ 4.905.834,65), foi de € 9.795,90. Este saldo corresponde assim à parcela da receita arrecadada não aplicada em despesa no ano.
138. A decomposição do saldo de gerência por origem de receitas, encontra-se representado no quadro seguinte:

Quadro 26 – Decomposição do saldo de gerência de 2024

Origem	Valores	%
Transferências do IEPF, IP - Funcionamento	8.186,99 €	83,58%
Transferências do IEPF, IP - Capital	3,62 €	0,04%
sub-total (1)	8.190,61 €	83,61%
Transferências da DGRSP - Funcionamento	1.605,29 €	16,39%
sub-total (2)	1.605,29 €	16,39%
Total	9.795,90 €	100,00%

51

139. O saldo de gerência é composto por uma parcela de € 8.190,61 (83,61%) com origem nas transferências do IEPF, IP, decomposto por € 8.186,99 de transferências para funcionamento e € 3,62 de capital e, uma outra parcela, com origem na transferência para funcionamento da DGRSP no montante de € 1.605,29 (16,39%).

140. Mantendo-se em 2025 o estatuído no n.º 4 do artigo 19.º da DLEO/2024, a parcela do saldo de gerência de 2024, oriunda de transferência do IEPF, IP, será devolvida em 2025 ao IGFSS, IP, já a parcela oriunda da DGRSP, é registada em 2025 como saldo de gerência na posse do serviço, sendo a sua utilização (aplicação em despesa) condicionada à obtenção da autorização conjunta da tutela e das finanças.

141. Refira-se ainda que o saldo de gerência na posse do serviço, acumulado a 2024, é de € 190.239,90, relativo, exclusivamente, à parcela dos saldos de anos anteriores oriundos de transferências da DGRSP, conforme quadro seguinte:

Quadro 27 –Saldo de gerência acumulado na posse do serviço

Origem dos Saldos	Anos Anteriores	Ano 2024	Total
Transferências da DGRSP - Funcionamento	188.634,61 €	1.605,29 €	190.239,90 €

142. O grau de execução orçamental da despesa paga líquida face à receita cobrada líquida, foi de 99,80%, sem variação digna de registo face aos períodos homólogos de 2022 e 2023:

Quadro 28 – Execução orçamental – despesa total vs receita total

	Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024
Receita Total	3.499.749,77 €	4.149.322,39 €	4.915.630,55 €
Despesa Total	3.444.079,85 €	4.065.182,19 €	4.905.834,65 €
% de execução orçamental	98,41%	97,97%	99,80%

Entidades Outorgantes



143. O quadro seguinte elenca as despesas correntes de 2024 não respeitantes à atividade formativa do CPJ:

Quadro 29 - Execução financeira - despesas extra formação

	Ano 2022	%	Ano 2023	%	Ano 2024	%
Despesas com Viaturas	22.410,73 €	4,42%	16.745,19 €	3,14%	24.221,51 €	4,25%
Despesas com Obras Externas	4.387,39 €	0,86%	4.280,89 €	0,80%	8.456,63 €	1,48%
Despesas com Obras Internas	25.518,83 €	5,03%	884,01 €	0,17%	52.743,63 €	9,26%
Centro Qualifica	280.326,70 €	55,24%	353.237,43 €	66,24%	344.698,58 €	60,53%
Outras Despesas	174.867,63 €	34,46%	158.148,71 €	29,65%	139.367,01 €	24,47%
Total	507.511,28 €	100,00%	533.296,23 €	100,00%	569.487,36 €	100,00%

52

144. Da análise do mapa, considera-se destacar um acréscimo significativo da despesa com obras internas em 2024. Com efeito, face a 2022 e 2023, a despesa realizada nesta rubrica, de € 52.743,63 apurada, reflete uma variação positiva de € 51.859,62 e de € 27.224,80 face a 2023 e 2022, respetivamente. A diferença tão expressiva em 2024 face a 2023, é explicada, fundamentalmente, por neste ano terem sido efetuadas significativas obras de melhoramento no Centro, nomeadamente, obras de requalificação da Sede do CPJ, reparação da claraboia da secção de formação “Cozinha/Mesa-Bar” e da rampa de acesso ao espaço oficial para a formação agrícola ambas do Núcleo de Formação de Alcoentre do CPJ.

145. Quanto a variações negativas nesta rubrica, destaca-se a diminuição da despesa com o Centro Qualifica do CPJ (CQ) face a 2023, de -€ 8.538,85 (-2,40%).

146. A execução da despesa corrente líquida com a formação face às despesas correntes totais, bem como os indicadores despesa/hora/formação e despesa/hora/formando, são apresentados no quadro seguinte:

Quadro 30 - Execução financeira - despesas correntes/funcionamento com formação

	Ano 2022	% *	Ano 2023	% *	Ano 2024	% *
Despesas correntes totais **	3 263 573,34 €		3 801 649,53 €		4 027 626,83 €	
Despesas correntes totais c/ Formação	2 730 277,11 €	83,66%	3 232 162,17 €	85,02%	3 458 139,47 €	85,86%
Horas de formação executadas no ano	73 588		84 807		86 252	
Despesa Hora Formação	37,10 €		38,11 €		40,09 €	
Volume de formação executado no ano	523 848		707 068		715 438	
Despesa Hora Formando	5,21 €		4,57 €		4,83 €	

* Face a despesas correntes totais

** Despesas correntes totais, líquidas das despesas com o Projeto Vision

147. Como se constata, a taxa de execução tem-se mantido constante entre 2022 e 2024, na ordem dos 85%, bem demonstrando que, em regra, cerca de 15% das despesas correntes são relativas a despesas extra formação.

Entidades Outorgantes

148. Tendo por base a informação de execução física do presente documento, expressa no “Quadro 7 – Mapa resumo de execução física”, foram apurados os indicadores despesa/hora/formação e despesa/hora/formando.

149. Da análise evolutiva dos indicadores não se registam alterações significativas no triénio 2022-2024, sem variações expressivas dignas de destaque. Importa ressaltar que o CPJ prossegue uma política de gestão assente na máxima racionalização dos recursos financeiros, conducente à obtenção de melhores resultados.

150. Foram as realizadas despesas em obras de adaptação e/ou manutenção, conforme indicado no quadro seguinte:

Quadro 31 – Obras realizadas

	Local	Despesa
Obras Internas	Sede-Manutenção e conservação das instalações	5.848,65 €
	Sede-Obras de Requalificação	32.976,30 €
	NFA - Manutenção e conservação das Instalações	1.795,80 €
	NFA-Repar.Clarab.Sec.formaç“Cozinha/Mesa-Bar Ed.E	5.977,80 €
	NFA-Rampa Acesso Esp.oficinal p/formação agrícola	6.145,08 €
Subtotal (1)		52.743,63 €
Obras Externas	EP V.Judeus-Sala formação-Substit.Vidros Janelas	688,80 €
	EP V.Judeus-Criação Espaço para formação teórica	7.767,83 €
Subtotal (2)		8.456,63 €
Total Geral [(1)+(2)]		61.200,26 €

151. As despesas com as viaturas da frota do CPJ, designadamente, combustíveis, seguro automóvel, portagens e revisões/manutenções, foram nos montantes a seguir indicados:

Quadro 32 – Despesas com Viaturas

Viaturas	Despesa
Citroen Berlingo 93-95-OL	1.618,18 €
Fiat Tipo Station 72-ZH-38	6.771,26 €
Opel Astra 51-33-EJ	161,78 €
Volkswagen Golf 20-93-GH	463,05 €
Nissan 56-30-BV	373,51 €
Ford Transit 71-38-AZ	241,21 €
Trator Deutz DX3500 E-69-62-AO	165,53 €
Trator Valmet 455 4RM-XB-83-96	388,78 €
Trator Fiat 91-28-HT	31,33 €
Trator Fendt 67-86-BQ	419,60 €
Trator Newholland 33-29-LN	404,70 €
Reboque E-8622	4,74 €
Reboque L-116159	199,61 €
Dacia Lodgy 39-OG-68	3.797,16 €
Dacia Logan 38-OG-66	1.478,43 €
Dacia Dokker 38-OG-17	4.632,83 €
Toyota Yaris BC-74-JO	1.932,66 €
Trator BF-25-TV	1.127,02 €
Renault BP-72-LU	10,13 €
Total Geral	24.221,51 €

Entidades Outorgantes



Handwritten signature and initials in the top right corner.

152. Importa referir que a frota automóvel do CPJ é composta por algumas viaturas matriculadas há mais de 15 anos, que se pretendem abater por não poderem circular na cidade de Lisboa e não se justificarem os custos de manutenção associados.
153. Foram enviadas, à Direção de Serviços de Coordenação da Atividade Formativa do IEFP, IP, várias informações estatísticas e as alterações orçamentais realizadas para a execução do orçamento.
154. Foram ainda satisfeitos, em tempo oportuno, os pedidos de informação provenientes do IEFP, IP, da DGO, do Gabinete de Estratégia e Planeamento, da Secretaria- Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre outros.

Entidades Outorgantes

**X – CONTABILIDADE DE GESTÃO**

155. No âmbito da Contabilidade de Gestão e por forma a dar resposta aos requisitos e objetivos preconizados pela Norma de Contabilidade Pública 27 – Contabilidade de Gestão, prosseguiu-se em 2024 com a metodologia eleita pelo CPJ, como aquela que melhor dá resposta aos mesmos no âmbito da sua atividade e pela natureza de custos. Assim, o apuramento dos indicadores foi efetuado por recurso a centros de responsabilidade (vulgo centros de custo), e nestes termos foram utilizados centros para aglutinarem os custos diretos com a(s) atividade(s) e outros para os custos indiretos. Estes últimos, por sua vez, estão classificados por custos incorporáveis na atividade formativa e por custos não incorporáveis, sendo esta distinção realizada em conformidade com as regras de elegibilidade dos custos no âmbito da formação cofinanciada pelo Fundo Social Europeu. Quanto à imputação dos custos indiretos à atividade formativa, a mesma foi concretizada pela aplicação de coeficientes calculados a partir dos volumes da formação do ano, expressos no “Quadro 7 – Mapa resumo de execução física” do presente documento

156. Refira-se que, dada a natureza do seu público-alvo do CPJ, população jovem e adulta à guarda da DGRSP, não foram gerados quaisquer rendimentos provenientes da sua atividade formativa ou de qualquer outra.

157. O quadro seguinte apresenta os indicadores de gestão apurados em 2024:

Quadro 33 – Indicadores de Gestão

CUSTOS DO EXERCÍCIO DE 2024						
Desagregação de Custos por atividade						
Atividades	Diretos (1)	Indiretos			Total de Custos Incorporáveis (1) + (2)	Total
		Incorporáveis (2)	Não Incorporáveis (3)	Total Indiretos (2) + (3)		
Formação profissional						
Cursos EFA	1.624.035,61 €	1.118.841,15 €	133.143,00 €	1.251.984,15 €	2.742.876,76 €	2.876.019,76 €
Cursos FMC	591.220,86 €	338.217,40 €	40.248,15 €	378.465,55 €	929.438,26 €	969.686,41 €
sub-total	2.215.256,47 €	1.457.058,55 €	173.391,15 €	1.630.449,70 €	3.672.315,02 €	3.845.706,17 €
Centro Qualifica do CPJ	344.698,58 €	- €	- €	- €	344.698,58 €	344.698,58 €
Obras de requalificação externas	8.456,63 €	- €	- €	- €	8.456,63 €	8.456,63 €
Obras de requalificação internas	52.743,63 €	- €	- €	- €	52.743,63 €	52.743,63 €
Total	2.621.155,31 €	1.457.058,55 €	173.391,15 €	1.630.449,70 €	4.078.213,86 €	4.251.605,01 €

Entidades Outorgantes



Indicadores de análise do custo da atividade Formativa

	Modalidade formativa	Custos Incorporáveis		Custos Totais	
		EP	CE	EP	CE
Custo médio dos cursos	Cursos EFA	23 713,28 €	5 051,19 €	24 787,50 €	5 526,92 €
	Cursos FMC	4 199,89 €	8 951,06 €	4 418,67 €	9 247,19 €
Custo por formando	Cursos EFA	1 758,95 €	676,00 €	1 838,63 €	739,66 €
	Cursos FMC	286,25 €	1 118,88 €	301,16 €	1 155,90 €
Custo hora formação	Cursos EFA	48,45 €	13,99 €	50,65 €	15,30 €
	Cursos FMC	49,98 €	41,35 €	52,58 €	42,72 €
Custo hora formando	Cursos EFA	5,34 €	2,65 €	5,59 €	2,90 €
	Cursos FMC	4,53 €	7,50 €	4,76 €	7,75 €

158. No exercício de 2024 num total de custos de € 4.251.605,01, € 2.621.155,31 (62%) foram custos de imputação direta e € 1.630.449,70 (38%) de imputação indireta, estes últimos repartidos em € 1.457.058,55 de custos incorporáveis e € 173.391,15 de custos não incorporáveis. O total de custos incorporáveis na atividade formativa totalizam € 4.078.213,86, em que € 2.621.155,31 (64%) são custos de imputação direta e € 1.457.058,55 (36%) custos de imputação indireta.

159. Quanto aos indicadores de análise do custo da atividade formativa, os mesmos foram apurados tendo em conta os dados da execução física expressos no “Quadro 7 – Mapa resumo de execução física” do presente documento e os montantes totais de custos incorporáveis e custos totais do ano de 2024.

160. O custo total médio dos cursos EFA, são superiores em EP (€ 24.787,50) que em CE (€ 5.526,92). Já no que respeita aos cursos FMC, estes atingem um maior custo total médio em CE (€ 9.247,19€) que em EP (€ 4.418,67), custos estes que consubstanciam os valores apurados nos custos por formando, hora formação e hora formando.



XI - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração do CPJ propõe que o Resultado Líquido negativo do exercício de 2024, apurado nas demonstrações financeiras segundo o SNC-AP, no valor de (-€ 6.822,25) (seis mil oitocentos e vinte e dois euros e vinte e cinco cêntimos), seja aplicado em Resultados Transitados.

Entidades Outorgantes



Handwritten signature and initials in the top right corner.

XII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num ano marcado por alguma instabilidade ao nível da estrutura do quadro de dirigentes: saída do Diretor-Geral da DGRSP nomeado como vogal do Conselho de Administração em representação daquela entidade; substituição da Chefe de Divisão de Qualificação em setembro na sequência de um procedimento concursal aberto para o efeito; mudança, em janeiro, do Chefe da Divisão de Recursos Humanos para a chefiar a Divisão de Gestão Financeira que determinou que a Diretora do Centro assumisse a gestão direta daquela equipa; e, desde agosto que a Divisão de Gestão Financeira conta com uma nomeação em regime de suplência, justificada pela baixa prolongada por motivos de saúde do titular do cargo. Apesar dos constrangimentos que estas mudanças podem ter no funcionamento das equipas, o que é facto é que esta situação acabou por não ter impactos negativos na atividade do Centro e na concretização das metas/objetivos fixados. Pelo contrário, tanto a execução física (formação profissional e atividade do Centro Qualifica), como a execução financeira ficaram acima dos resultados obtidos em 2023, em todos os seus indicadores de referência, como ficou claro ao longo deste Relatório.

58

Aliás, os resultados alcançados no que diz respeito à atividade formativa, foram os mais bem conseguidos desde 2019 e superaram os de 2022 e 2023 em todos os indicadores de referência. Face ao período homólogo, realizaram-se mais 61 cursos, foram abrangidos mais 1.072 formandos, foram concretizadas mais 11.219 horas de formação e foi executado um volume de mais 164.220 horas de formação.

No que respeita à atividade financeira, no ano de 2024 foram também conseguidos melhores resultados que no ano de 2023. Foi apurada uma execução orçamental de 86% face às dotações orçamentais e de 99,8% face à receita arrecada, superiores face ao ano anterior, de 71% e 97,97%, respetivamente. Também ao nível do saldo de gerência foram apurados melhores resultados em 2024 face a 2023, com a redução do montante de € 84.140,20 em 2023 para € 9.750,90 em 2024.

De acordo com os dados da DGRSP relativos a 2023, a esmagadora maioria da população reclusa condenada, (80%) não possuía sequer o ensino secundário, sendo estratégica a aposta em respostas qualificantes de dupla certificação, seja através de cursos EFA, especialmente de nível básico, seja de processos RVCC. O CPJ tem assumido esta resposta como prioritária tendo dado um relevante contributo neste domínio. Assim, em 2024, realizaram-se processos de RVCC em 16 EP e, em articulação com as escolas associadas, implementaram-se 144 cursos EFA, dos quais 69% são de nível básico. Nos EP foram desenvolvidos 108 EFA que abrangeram 1.456 reclusos.

Entidades Outorgantes



Também ao nível do Centro Qualifica, as metas relativas ao número de inscritos e de encaminhamento não só foram largamente superadas, como, por comparação com o período homólogo, todos os indicadores de referência foram superados (inscritos, encaminhados, em processo e certificados). Face a 2023, em 2024, foram inscritas mais 77 pessoas, encaminhadas para ofertas formativas mais 57 e mais 29 para processos RVCC e foi certificada por esta via mais um adulto.

Handwritten notes:
\$
↑
↓

Os maiores desafios que se colocam à missão do CPJ são, desde logo:

- A dispersão geográfica da sua intervenção que abrange todo o Portugal continental. Com efeito, a formação teve lugar em 41 dos 43 Estabelecimentos Prisionais (excluídos os EP de Monsanto e o Hospital Psiquiátrico João de Deus) e nos 6 Centros Educativos existentes em Portugal continental, facto que dificulta muito as ações de acompanhamento, de “gestão” da formação e dos espaços formativos. Realça-se o facto de o CPJ ser constituído por uma equipa muito pequena (apenas 29 trabalhadores, 9 dos quais afetos à área da formação profissional e destes, conta-se apenas com 7 técnicos superiores que assumem as funções de gestores das ações de formação).
- A intervenção do Centro Qualifica também se reveste de alguma complexidade quando comparado com os demais Centros Qualifica do País, na medida em que a sua atividade assenta muito nas itinerâncias. Em 2024, para além das intervenções realizadas para a população civil da NUTIII, foram desenvolvidos processos RVCC em 16 Estabelecimentos Prisionais dispersos por todas as regiões do País, numa linha que se estendeu de Bragança a Faro.
- Toda a atividade decorre “fora de portas” e “dentro de muros”. Com exceção do Núcleo de Alcoentre, o CPJ não dispõe de espaços formativos próprios. A formação decorre dentro dos EP e dos CE, situação que se reveste de grande complexidade, pois, para além da necessidade do cumprimento das regras que presidem ao funcionamento da formação, há necessidade de cumprir as regras em vigor nestas entidades. Exemplos disso são o facto de não ser possível o recurso à internet ou a falta de guardas para vigiarem os formandos.
- O perfil dos reclusos, caracterizado por baixas qualificações (escolares e profissionais) associado a uma menor motivação/disponibilidade para a frequência da formação que, não sendo de carácter obrigatório, traduz níveis de absentismo com alguma expressão. As taxas de absentismo são também justificadas por fatores contextuais, como a falta de guardas

Entidades Outorgantes



Handwritten notes and symbols in the top right corner, including a large 'L' and some scribbles.

prisionais para vigiarem os reclusos em formação; a falta de carros celulares para a deslocação dos formandos para os espaços formativos situados fora dos EP (quintas e NFA); as ausências motivadas por diligências obrigatórias, como idas a tribunal, médico ou outras; as interrupções da formação justificadas pelas transferências dos reclusos para outros EP ou o termo das penas. A taxa de abandonos foi assim de 16%, sendo 63% motivadas por fatores extrínsecos ao CPJ (fins de medidas, saídas em liberdade condicional, transferências para outros EP/CE, colocação em outras atividades e motivos disciplinares). O termo das penas constitui o principal motivo de interrupção da formação (representa 39% dos abandonos).

- Existe alguma concorrência entre a formação profissional e as atividades económicas. EP que estabelecem parcerias com empresas, os salários pagos por estas são mais atrativos do que as bolsas pagas na formação (1€/hora), facto que remete a formação para segundo plano, caso o recluso tenha a oportunidade de escolha. Esta questão é igualmente relevante quando se trata da realização de processos RVCC, já que os mesmos decorrem em período laboral e existe alguma dificuldade na compatibilização dos horários.
- Os processos de RVCC são quase exclusivamente escolares porquanto é muito difícil a constituição de grupos para a realização de processos de dupla certificação ou apenas profissionais. Para estes casos exigem-se secções profissionais compatíveis com as saídas profissionais a certificar nos EP em que se encontram detidos.
- A dificuldade de recolha dos documentos obrigatórios à frequência da formação. Os formandos têm de ser, antecipadamente, inscritos na plataforma SIGO, a qual exige, com carácter de obrigatoriedade, um conjunto de dados de identificação bem como o certificado de habilitações, que condicionam o acesso à formação (Cartão de cidadão/autorizações de residência, NISS/NIF).
- Os Estabelecimentos Prisionais não têm qualquer procedimento interno estruturado que permita, de forma organizada e célere, o acesso a este tipo de dados, o que faz com que os Técnicos do CPJ, nos momentos em que têm processos de seleção a decorrer em todas as cadeias de Norte a Sul do país, se deparem com sérias dificuldades para conseguir, atempadamente, iniciar as ações para as quais, muitas vezes, os professores já se encontram colocados pelos Agrupamentos das Escolas parceiras.
- Ainda sobre esta matéria, um outro aspeto a salientar, prende-se com a caducidade dos documentos de identificação, pois sempre que o adulto, à data de conclusão da sua certificação, não possui o documento de identificação válido, não poderá ter acesso ao mesmo.

Entidades Outorgantes

- Alguns Agrupamento escolares / escolas cobram pela emissão dos certificados. De referir que é o CPJ quem, normalmente, faz estas diligências junto das escolas e esta cobrança cria constrangimentos adicionais. Seria desejável que o Ministério da Educação emitisse uma orientação nacional de isenção desta taxa para pessoas que se encontrem a cumprir medidas privativas de liberdade.
- Aos reclusos que se encontrem sujeitos a medidas prisão preventiva não lhes é possível a frequência de percursos completos de dupla certificação.
- O facto de os jovens dos CE estarem sujeitos à frequência da escolaridade obrigatória e de as medidas tutelares de internamento serem, em regra, de curta duração, implica uma enorme circularidade nas suas entradas e saídas dos CE, facto que torna muito complexa a constituição dos grupos de formação nos moldes habitualmente definidos. O conceito de grupo de formandos é aqui muito discutível. Nestes casos, aplica-se o princípio da flexibilidade que, preconizado no Sistema Nacional de Qualificações, permite a organização da formação em UFCD/UC, certificáveis *de per si* e capitalizáveis em torno de um percurso de qualificação, com entradas e saídas dos percursos formativos a todo o tempo. A imagem que melhor ilustra esta situação é a de um comboio em marcha (o percurso de qualificação), conduzido por três maquinistas (o CE, o ME e o CPJ), composto por várias carruagens (UFCD), que vai parando em várias estações com entradas e saídas de passageiros (os formandos). Quando o comboio inicia a marcha não sabe ao certo quantos serão os passageiros que transportará. Esta situação constitui, na verdade, um dos desafios mais complexos a qualquer operador de formação, só sendo possível no quadro de uma excelente colaboração entre os intervenientes.

Como aspetos positivos, realça-se:

- A vasta experiência de quase 40 anos de existência do CPJ, tem permitido a afirmação da sua imagem, da sua história e da sua marca distintiva como centro de formação cuja missão, altamente meritória, é a qualificação de pessoas privadas de liberdade para proporcionar a estas pessoas as mesmas condições de acesso à formação e de oportunidades que aos demais cidadãos, e com isso contribuir para a melhoria dos seus níveis de empregabilidade e uma melhor inserção socioprofissional futura.
- A ligação do CPJ com a DGRSP na elaboração dos Planos de Formação que, face à dispersão dos interlocutores dos EP e dos CE, permite uma melhor conciliação de interesses na sua definição, bem como a boa receptividade a acolhimento que o CPJ tem tido junto dos EP e CE que apoiam a implementação do Plano de Atividades.

Entidades Outorgantes

- Salienta-se, de igual modo, o facto de o Sr. Diretor-Geral e de um dos Subdiretores da DGRSP integrarem o Conselho de Administração do CPJ, o que facilita muito a articulação com os responsáveis dos EP e CE, uma vez que o CPJ não tem qualquer poder de intervenção junto destas entidades. Por esta via, torna-se mais fácil a articulação e agilização de procedimentos tendo em vista a resolução de problemas.
- A parceria com a DGeST que permite a colocação de professores nos EP e CE, constitui uma importante mais-valia para a implementação dos cursos de dupla certificação, na medida em que são conhecidas as dificuldades ao nível do recrutamento de professores.
- Salienta-se o importante contributo que o investimento associado ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tem representado na modernização dos espaços formativos, permitindo uma valorização da formação profissional e a introdução de tecnologias relacionadas com as competências digital e ambiental, em linha com as prioridades europeias e nacionais sobre a necessidade de qualificação nestas áreas.
- A relação de proximidade com o IEFP, IP, entidade outorgante do protocolo de criação do Centro e que se encontra representado em todos os Órgãos Sociais do Centro, têm contribuído para se encontrarem soluções para muitos dos problemas com que o Centro se vem debatendo. Exemplo disso é o reforço do orçamento para a realização de obras de melhoria, de carácter urgente, que se irão realizar em 2025.
- A adesão da generalidade dos EP à utilização da plataforma HumanTrain, uma plataforma de gestão da formação, veio facilitar a inscrição de candidatos à formação e, de alguma maneira, facilitar o processo de recolha de elementos necessários para tal.

Como notas finais, importa salientar que, dando cumprimento às recomendações feitas quer pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, quer as que vêm expressas no Estudo de avaliação externa feito em 2023 pelo IPPS – ISCTE-IUL aos Centros Protocolares onde se inclui o CPJ, foi formalizado junto do Departamento de Formação Profissional do IEFP, IP um pedido de revisão do protocolo de constituição do CPJ visando a regularização dos seus membros constitutivos e a alteração da sua designação no sentido de se eliminar a palavra “Justiça” dos certificados de formação, na medida em que esta referência denuncia a passagem dos formandos pelo sistema judicial, facto que, por si só, constitui um fator de discriminação negativa no contexto da sua inserção socioprofissional. Esta situação é particularmente crítica para os jovens a quem são aplicadas medidas tutelares educativas e sobre os quais não deve pender qualquer referência ao sistema judicial. Aguarda-se resposta por parte do IEFP a esta solicitação.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

É, igualmente, importante que se concretize a revisão dos Despachos Conjuntos n.º 22038/2009, de 20 de outubro e n.º 51/99, de 1 de junho, visando flexibilizar, com as devidas adaptações, a possibilidade de frequência de quaisquer medidas de formação inscritas no Sistema Nacional de Qualificações por parte dos jovens e adultos sujeitos a medidas privativas de liberdade.

63

Sugere-se que o Ministério de Educação garanta que aos reclusos não se apliquem as taxas de emissão dos certificados de habilitações, pois a generalidade tem muitas dificuldades em proceder a este pagamento o qual terá sempre de ser feito por via de terceiras pessoas e não tornando ágil o processo de recolha do mesmo por parte do CPJ.

Será, igualmente, importante que ao nível legislativo (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional), se considere um regime de exceção para os reclusos estrangeiros de países terceiros, documentados ou não, possam aceder à frequência da formação, uma vez que não têm condições para a obtenção dos vistos de residência, porquanto a sua “residência” é, para todos os efeitos, o estabelecimento prisional. Esta questão é particularmente relevante considerando que em dezembro de 2023 os reclusos estrangeiros representavam 15% (1833) do universo total (12193) (Fonte: DGRSP).

Sugere-se ainda que ao nível do Sistema Judicial e, em particular nos EP, se consigne a Formação Profissional como uma resposta efetiva, cuja participação e aproveitamento conseguido releve para o processo de avaliação do plano individual de readaptação por parte do Conselho Técnico e que tenha impacto na proposta aos tribunais de alterações das situações prisionais;

Em síntese, de uma forma global, pode concluir-se que face aos resultados conseguidos foram francamente positivos e evidenciam, sem sombra de dúvida, o esforço, a dinâmica e o empenhamento de uma pequena equipa que trabalha em condições tão complexas como as que ficaram bem patentes neste Relatório. Com efeito, ao nível da formação profissional e do Centro Qualifica, conseguiram-se os melhores resultados desde 2019, no que diz respeito ao número de ações de formação realizadas, número de formandos abrangidos. Também ao nível da execução financeira conseguiu-se um bom resultado que só não foi superior porque foi negativamente influenciada por fatores extrínsecos ao CPJ: execução do PRR que ficou comprometida pelo facto de só ter sido possível iniciar os procedimentos concursais no segundo semestre e ter ficado dotação disponível na recursos humano (rúbrica não passível de alterações) justificado pelo facto de se terem verificado baixas médicas, uma licença sem vencimento e a vacatura de um lugar de dirigente.

Entidades Outorgantes



Salienta-se ainda a redução significativa do saldo de gerência que, este ano, foi quase nulo, como é desejável que assim seja.

A última palavra é de agradecimento à equipa do CPJ que, sem o seu empenho e esforço coletivo, estes resultados não teriam sido possíveis.

Lisboa, 27 de março de 2025

64

A Diretora do Centro

(Conceição Matos)

Aprovado pelo Conselho de Administração na reunião n.º 338 realizada a 27 de março de 2025

A Presidente do CA

(Ana Cristina Alves)

Os Vogais

(João d'Oliveira Coias)

(Nuno Miguel de Campos Martins Ferreira Tomás)

Entidades Outorgantes